



CIENTÍSSIMO

REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE SANTÍSSIMO
SACRAMENTO

Volume I

Número 2

Alagoinhas – BA

ISSN 2177-4528

Cientíssimo	Alagoinhas	v. 1(2)	p.1-109	Nov. 2010
-------------	------------	---------	---------	-----------

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, periódico científico de periodicidade semestral que publica artigos, comunicações, resenhas críticas, ambos resultados de pesquisas originais.

Tiragem:
200 exemplares

Projeto Gráfico e Diagramação:
Clerivan Mascarenhas do Carmo

Editora Book:
Rua Simões Filho, s/n – Boa Vista – Catu – Bahia
CEP: 48110-000
Tel: (71) 3641-1255 E-mail:book.grafica@hotmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Maria Emília Riquelme / Faculdade SS Sacramento

CIENTÍSSÍMO: Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento
/ Faculdade Santíssimo Sacramento. v.2, (nov.2010) – Alagoinhas:
Book, 2010 –

Semestral
ISSN: 21774528

1. Pesquisa Científica – Periódicos I. Faculdade Santíssimo Sacramento.
Núcleo de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação.

CDU: 001.2

Bibliotecária: Iza Christina P. de A. Costa
CRB: 5/1042

EXPEDIENTE

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 1, n. 2, nov. 2010

DIRETORA GERAL

Lucia Maria Sá Barreto de Freitas

DIRETOR ACADÊMICO

Joilson Romanci Severo Borges

EDITORA CHEFE

Gracineide S. S. de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Adeildo Moacir Costa Magalhães

Alessia Costa de Araújo Cravo

Fabrcio Santos de Faro

Fabrcio Leandro Fonseca Fiscina

Moacir Lira de Oliveira

Robero Paz de Albuquerque Melo

Valmira Maria de Melo Vieira

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Ana Paula Silva da Conceição – UFBA/UNEB/F.SS.S

Dra. Cláudia Cerqueira Graça – UEFS/F.SS.S

Dra. Maria de Fátima Berenice – UNEB/F.SS.S

Msc. Áurea da Silva Pereira Santos – UNEB/F.SS.S

Msc. Gabriela Vianna Gerreiro de Noronha – F.SS.S

Msc. Nilson Antonio Ferreira Roseira – UFRB

REVISÃO DE REDAÇÃO

Msc. Maria José de Oliveira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Hildeane Almeida Alves da Silva

PERIODICIDADE

Semestral



EDITORIAL

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 1, n. 2, nov. 2010

A Revista Cientíssimo tem a continuidade do seu trabalho apresentado agora neste segundo número do volume I. O desafio de publicar artigos de qualidade continua, e mantendo seu caráter multidisciplinar, este volume trás uma coletânea de artigos que versam sobre temas relevantes da nossa sociedade e visam contribuir para compreensão, discussão e posterior posicionamento do público leitor.

Dando continuidade a perspectiva de futura indexação, a Revista Cientíssimo selecionou seis artigos aqui apresentados, respeitando a individualidade e caráter científico de cada pesquisa respaldando seus resultados e questionamentos, bem como apresentando novas propostas acadêmicas a comunidade científica em geral.

Os artigos apresentados trazem dados inéditos e visam abranger um público variado, mas não deixando de apresentar as informações necessárias ao público específico interessado nos assuntos abordados. Vale ressaltar que foram priorizados os valores máximos deste periódico, que é contribuir para o desenvolvimento científico, social e cultural, primando pelo respeito humano, responsabilidade social e cidadania.

Profa. Dra. Gracineide S. S. de Almeida

Editora chefe da Revista Cientíssimo



SUMÁRIO

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 1, n. 2, nov. 2010

Artigos

- **Consumo Consciente para um Mundo Sustentável** 9
Ludmilla Fonseca Fiscina
e Rejane V. Sales Marcolin
- **Do Fazer ao Saber, do Saber ao Fazer: a unidade-teórico prática na formação docente** 21
Ana Carla Ramalho Evangelista Lima
- **Situação de Saúde Bucal de Adultos e Idosos da Zona Urbana em uma Cidade do Nordeste** 41
Claudia Cerqueira Graça
- **Análise das Ações Empreendedoras do Grupo Barreto** 67
Dilma Bastos Santos; Ianara dos Santos Bastos
e Vilma dos Santos
- **Capoeira na Escola ou Capoeira da Escola?** 87
Wirany de Souza Boaventura

Anexos

- **Normas para publicação** 97





CONSUMO CONSCIENTE PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL

Ludmilla Fonseca Fiscina¹
Rejane Viana Sales Marcolin²

RESUMO: O texto discorre sobre a importância do consumo consciente para o futuro do planeta, enfocando principalmente a responsabilidade do consumidor frente a um dos grandes desafios da humanidade que é o desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Consumo consciente, desenvolvimento, mundo sustentável.

ABSTRACT: This paper discusses the importance of conscious consuming for the future of the planet, focusing mainly on the responsibility of the consumers against one of the great challenges of humanity that is the sustainable development, considering how to leverage the country to grow without destroying natural resources.

KEYWORDS: Conscious consuming, development, sustainability.

¹ Bacharel em Administração, Especialista em Gestão de Pessoas, Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu. Professora da Faculdade Santíssimo Sacramento e Diretora de Gestão Escolar da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, Bahia, Brasil. ludfiscina@hotmail.com

² Bacharel em Administração, Especialista em Gestão de Pessoas. Diretora Administrativa e Financeira da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, Bahia, Brasil. rejanemarcolin@hotmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A avassaladora farra consumista despertada a partir da Revolução Industrial, reforçada com o avanço tecnológico dos meios de produção e generalizada pela mídia na era da globalização, está custando caro ao planeta. Existem sinais evidentes de exaustão dos recursos naturais não-renováveis, já denunciados em sucessivos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Meio-ambiente (Pnuma), no estudo divulgado pela ONG WWF, segundo a qual “o consumo dos recursos naturais já superam em 20% ao ano a capacidade do planeta em regenerá-los”, ou ainda no relatório do Estado do Mundo 2007, do Worldwatch Institute, no qual se afirma que “o consumismo desenfreado é a maior ameaça da humanidade, pois altos níveis de obesidade, dívidas pessoais, menos tempo livre e meio ambiente danificado, são sinais de que o consumo excessivo está diminuindo a qualidade de vida das pessoas”. O contraditório desse consumo excessivo, é que ele se restringe a uma minoria concentrada principalmente nos países ricos. Ainda assim a demanda por matérias-primas e energia cresce, colocando o mundo em um impasse civilizatório: ou a sociedade de consumo enfrenta o desafio de um consumo consciente para um mundo sustentável ou dentro de alguns anos, não haverá fontes de água nem de energia, reservas de ar puro ou terras para a agricultura, em quantidade suficiente para a manutenção da vida de todos os habitantes do planeta.

ENTENDENDO O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE – COMO FAZER O PAÍS CRESCER SEM POTENCIALIZAR A DESTRUIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS?

Vários relatórios internacionais apontam os meios de produção e consumo como os maiores vilões ambientais da atualidade, pois todo o material necessário para a fabricação de embalagens, computadores, roupas, carros, móveis, asfalto, casas,

etc., vem da natureza. O consumo excessivo traz mais conforto à população e estimula o desenvolvimento econômico dos países, mas a produção cada vez maior de produtos significa a utilização intensiva dos recursos naturais do planeta, o que traz conseqüências desastrosas para o meio ambiente. A produção industrial e o consumo de produtos industrializados são importantes e necessários para a sobrevivência humana atual, porém essa atividade deve ser exercida com responsabilidade, para que o desenvolvimento, que é necessário, seja sustentável.

O desenvolvimento sustentável é aquele que procura conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente. Em outras palavras, significa utilizar fontes de energias renováveis, controlar a poluição emitida, diminuir a quantidade de lixo produzido e reciclar o máximo possível, evitar o desperdício, adaptar os produtos atuais às tecnologias ecologicamente corretas. Ou seja, um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades atuais da população, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

O Código de Defesa do Consumidor, regulamentado na lei número 8078, de 11 de setembro de 1990, alterou o sistema de produção do Brasil e trouxe ganhos inegáveis ao consumidor ao definir um conjunto de regras para que o povo brasileiro tivesse informações sobre os bens e serviços que adquiria no seu dia-a-dia. Hoje, mais que regulamentar os direitos do consumidor, a demanda social é pela reflexão das conseqüências do consumo. Se antes o brasileiro pensava no preço, hoje ele avalia também a qualidade do que vai consumir. E o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), ONG cuja atuação principal encampa os interesses coletivos, busca incluir neste contexto a reflexão sobre os impactos socioambientais provocados pelo produto adquirido e pela empresa que lhe forneceu, facilitando o acesso a informações sobre produtos e serviços para que pessoas e empresas possam tomar decisões conscientes na hora da compra

do produto ou da contratação do serviço.

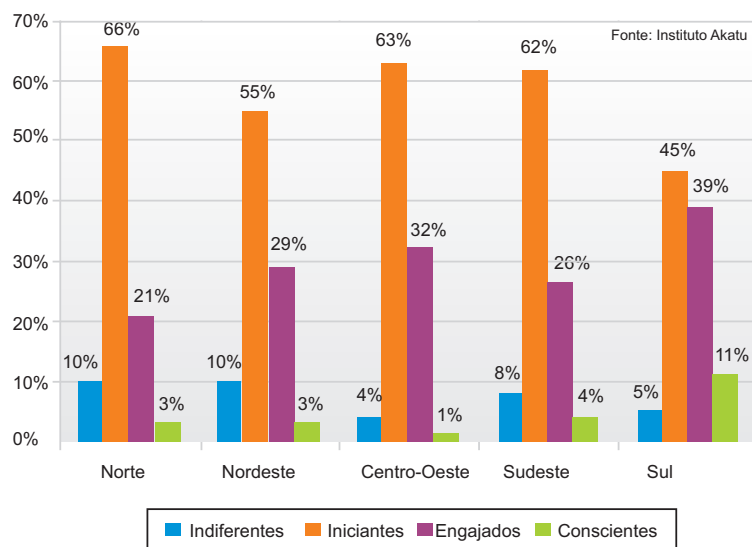
O maior desafio do consumo é encontrar o ponto de equilíbrio entre os limites naturais do planeta e as demandas da sociedade. As evidências mostram que ultrapassamos esses limites. Hoje a população mundial consome 20% a mais de recursos do que o planeta é capaz de renovar, contraditoriamente em um mundo onde 1/3 da população vive abaixo da linha de pobreza. Alguns teóricos afirmam que se o consumo médio per capita do planeta fosse elevado ao patamar do cidadão norte-americano (quem mais consome no mundo), seriam necessários quatro planetas Terra para garantir insumos básicos para todos, como água, energia e alimentos.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, ONG focada no conceito de consumo consciente, sobre a percepção dos brasileiros em relação aos seus impactos de consumo: um terço dos brasileiros percebe os impactos coletivos ou de longo prazo nas decisões de consumo; 43% dos brasileiros usam seu poder de compra e de comunicação para premiar empresas com práticas de responsabilidade social e 24% dos consumidores conscientes utilizam o critério ambiental na escolha das empresas das quais comprarem.

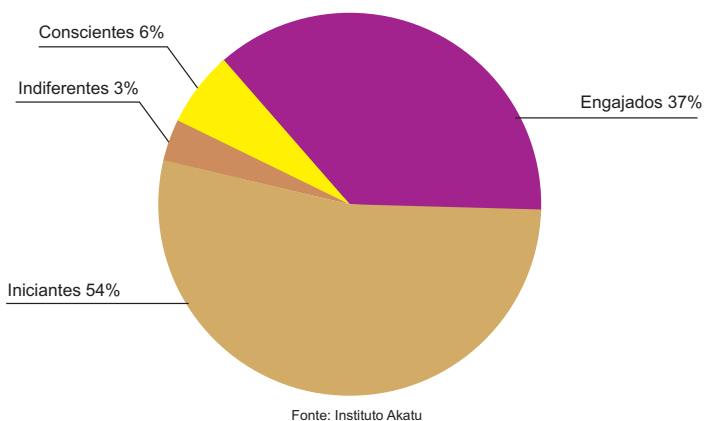
O Instituto Akatu desenvolveu uma escala de consumo consciente, criando quatro grupos distintos de consumidores: conscientes, comprometidos, iniciantes e indiferentes. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto, "O consumidor Consciente é o que tem a percepção de que seus atos não afetam apenas a si próprio, mas também a toda coletividade e as futuras gerações. O consumidor engajado é aquele que percebe que o consumo consciente é mais do que uma maneira de economizar recursos, mas ainda não o pratica amplamente. O iniciante é o consumidor que pratica o consumo consciente pensando apenas em evitar desperdícios. E o indiferente é o consumidor que, como o nome diz, é indiferente a todas as práticas de sustentabilidade no consumo."

Outra pesquisa realizada pelo Instituto Akatu em 2005, procurou medir o nível de consciência dos consumidores brasileiros. O resultado está escrito no gráfico abaixo:

Percentuais dos grupos de consumidores nas regiões do Brasil



Perfil dos consumidores no Brasil em 2005



De acordo com esta pesquisa, existe maior consciência de consumo na região Sul do que na região Norte. A região Norte apresentou o maior percentual de consumidores iniciantes entre todas as regiões (66%), e a região Sul obteve 45% de consumidores iniciantes. Por outro lado, a região Sul obteve o maior percentual de consumidores engajados (39%) e conscientes (11%), enquanto a Norte apresentou o menor percentual dos engajados (21%). A região Centro-Oeste apresentou o menor percentual de consumidores conscientes (apenas 1%), no entanto alcançou o segundo maior percentual de engajados (29%). Segundo o Instituto Akatu, as variações nos resultados da pesquisa demonstram que a região é apenas um dos fatores que influenciam o comportamento de consumo consciente, e não o único.

O QUE É CONSUMO CONSCIENTE

Consumo consciente ou consumo sustentável é consumir levando em consideração os impactos causados pelo consumo. É consumir refletindo a respeito dos atos de consumo e como eles irão repercutir não só sobre a satisfação pessoal, mas também sobre as relações sociais, a economia e a natureza, ou seja, é transformar o ato de consumo em uma prática permanente de cidadania.

O consumidor consciente busca disseminar o conceito e a prática do consumo consciente, fazendo com que pequenos gestos de consumo realizados por um número muito grande de pessoas promovam grandes transformações. Ao darem preferência a produtos ecologicamente corretos, os consumidores incentivam as empresas a se preocuparem com a sustentabilidade, o que acaba forçando a adoção deste comportamento pelas demais empresas. Se o mercado perceber esta exigência por parte dos consumidores, todos terão de se adaptar. Por isso é importante privilegiar os produtos e as empresas que respeitam o meio ambiente.

A escassez dos recursos naturais, desta forma, não pode ser atribuída somente às empresas, pois são os consumidores que financiaram sua exploração. Por isso é importante estar bem informado sobre os produtos e serviços que serão adquiridos ou contratados. O poder da transformação social está nas mãos dos consumidores, e cabe a eles escolher como fornecedoras empresas éticas, que respeitem os direitos humanos e os limites naturais do planeta.

Os consumidores não-conscientes representam uma enorme ameaça para o mundo e para a sociedade. O desperdício com a água é um exemplo clássico. A água vai se transformar em algo precioso, pelo qual eventualmente se promoverão guerras. Desta forma, a ameaça que é colocada pela inconsciência do consumo é uma ameaça global, para todas as pessoas. O primeiro passo para combater esta ameaça é economizar, pois pequenos gestos de consumo têm grandes impactos e levam as grandes transformações.

A TEORIA DOS “3Rs”

O consumo consciente não se preocupa apenas com o momento que antecede a compra de produtos e escolha de serviços, é preciso mudar os hábitos de consumo e consumir apenas o essencial, utilizando bem os produtos adquiridos. Pensando nisso, criou-se a teoria dos “3Rs”, com o objetivo de minimizar o desperdício e aproveitar ao máximo os produtos adquiridos. Os “3Rs” são um princípio ligado ao gerenciamento de resíduos sólidos que se baseia numa hierarquia de procedimentos:

1. Reduzir: implica em reduzir nosso patamar de consumo, deixar de consumir tudo o que não é realmente necessário. Se, por exemplo, uma tecla do seu telefone celular se quebrar, por que não consertá-la, em vez de comprar um aparelho novo? Ou se o modelo não é o mais

recente, mas o aparelho ainda funciona, por que trocá-lo?

2. Reutilizar: implica em utilizar um mesmo produto de várias maneiras, ao invés de descartá-lo. O exemplo mais comum é utilizar frascos de vidro de requeijão como copos em casa, ou imprimir documentos pessoais no verso de folhas de papel utilizado no escritório.
3. Reciclar: a reciclagem é uma prática essencial para a redução do volume de materiais inutilizados, que irão se acumular em lixões ou aterros sanitários.

Uma das premissas do consumo consciente é o não desperdício, e isso não se aplica somente a recursos naturais, mas também a gastos pessoais. Quando se utiliza aspectos não-financeiros nas decisões de compra, pode-se estar consumindo conscientemente. Muitas vezes o preço baixo encontrado em um produto só foi possível à custa de exploração de trabalhadores, compra de matéria-prima de origem desconhecida ou sonegação de impostos. Desta forma, o aumento da consciência do consumo é um movimento que tem impactos antagônicos. Primeiro o financeiro, com impactos significativos na redução de custos, e segundo, se aceita pagar um preço adicional que garanta o desenvolvimento sustentável.

Geralmente o consumidor valoriza as ações das empresas responsáveis, recebe os estímulos da mídia, compreende que precisa agir, mas ainda assim resiste às mudanças de seus costumes. Para facilitar essa transformação de costumes é necessário à discussão com outras pessoas, vê-las agir no sentido do consumo consciente e repensar o que ele próprio coloca como “dificuldade” para a incorporação do hábito de consumir conscientemente.

O instituto Akatu elaborou uma cartilha com 12 princípios do consumo consciente, que estão descritos abaixo:

1. Planeje suas compras. Compre menos e melhor;
2. Avalie os impactos de seu consumo no meio ambiente e na sociedade;
3. Consuma só o necessário. Reflita sobre suas reais necessidades e tente viver com menos;
4. Reutilize produtos. Não compre outra vez o que você pode consertar e transformar;
5. Separe seu lixo. Reciclar ajuda a economizar recursos naturais e a gerar empregos;
6. Use crédito com responsabilidade. Pense bem se você poderá pagar as prestações;
7. Informe-se e valorize as práticas de responsabilidade social das empresas;
8. Não compre produtos piratas. Assim você contribui para gerar empregos e combater o crime organizado;
9. Contribua para a melhoria dos produtos e serviços. Envie às empresas sugestões e críticas construtivas;
10. Divulgue o consumo consciente. Levante essa bandeira para amigos e familiares;
11. Cobre dos políticos. Exija ações que viabilizem a prática do consumo consciente;
12. Reflita sobre seus valores. Avalie os princípios que guiam suas escolhas e hábitos de consumo.

ALGUNS SELOS E CERTIFICAÇÕES PARA UM CONSUMO CONSCIENTE

Os consumidores podem identificar produtos de empresas politicamente corretas através de selos e certificações como, por exemplo, o selo do Procel, de eficiência energética, ou as certificações de produtos orgânicos.

Abaixo alguns deles:

- ISO 14000 e 26000 – programa de qualidade empresarial
- Selo Procel – produtos com eficiência energética
- Selo FSC – certifica a “boa” origem da madeira
- Selo Fair trade – produto proveniente de comércio justo
- Selo Carbononeutro – neutralização das emissões de CO₂

ALGUMAS DICAS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

- Valorizar empresas que se orientam pelo conceito de desenvolvimento sustentável, comprando seus produtos. A relação destas empresas encontra-se no site do Instituto Ethos (<http://www.ethos.org.br/>).
- Dar preferência a produtos que contenha o “selo verde”, que é um símbolo colocado nas embalagens de produtos cuja elaboração seguiu normas de preservação ambiental estabelecidas pela instituição responsável pela emissão do selo, que varia conforme o tipo de produto.
- Comprar apenas madeira certificada com o selo do FSC - Forest Stewardship Certification - que garante que o produto seguiu as regras de extração sustentável (empresas como a Faber Castell e a Natura já receberam esta certificação). Além disso, diminuir o consumo de carne bovina ou comprar carne orgânica, que é produzida sob normas que respeitam o meio ambiente.
- Comprar lâmpadas e eletrodomésticos que possuem o selo Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica)
- Consumir menos alimentos industrializados, pois estes além de mais saudáveis gastam muito mais energia, água e outros recursos naturais para serem produzidos do que os alimentos frescos

- Recuse produtos que sejam acondicionados em quantidade desnecessária de embalagens, como, por exemplo, caixinhas embaladas por plástico, que ainda vêm dentro de uma sacola. Isso provoca muito desperdício de matéria-prima.
- Avaliar se a compra do produto é mesmo necessária

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca se falou tanto sobre consumo. E nunca foi tão urgente entender de que forma podemos torná-lo consciente e responsável. O caminho, por um lado, parece óbvio e já houve um grande avanço desde que os direitos do consumidor foram instituídos e que ONGs focadas no conceito de Consumo Consciente foram criadas. Porém ainda é muito difícil, para a maioria das pessoas, implementar mudanças na rotina diária na direção do Consumo Consciente.

A crise econômica, os problemas sociais e a degradação ambiental mostram que o atual modelo de produção e consumo é insustentável. A grande mudança do momento atual é a percepção da importância da relação entre o consumo e a sustentabilidade. Desta forma, empresas e governos terão o papel de agentes de sustentabilidade se os consumidores reconhecerem o poder de suas escolhas.

Ações cotidianas, concretas e voluntárias de consumo consciente permitem a qualquer pessoa contribuir para a preservação do meio ambiente e melhorar a qualidade de vida de todos.

Os nossos hábitos de consumo impactam a nossa vida e as condições de vida do planeta, por isso é preciso saber usar as escolhas de consumo para ajudar a construir um mundo social e ambientalmente melhor. Por meio de suas escolhas, o consumidor pode, buscar maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos dos seus atos de consumo, e desta forma contribuir com seu poder de consumo para construir um mundo melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JONES, Audra. **Procurando o Sentido da Responsabilidade Social Corporativa**. Fundação Interamericana(IAF). CD-ROM. Brasil, 2002.

SOUZA, Renato Santos de. **Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas**. Acessado em 18 abril 2005. On-line. Disponível na internet <<http://www.qmn.com.br/artigos0015.as>>.

TACHIAZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TENÓRIO, Guilherme Fernando *et al.* **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. Editora Globo.

Consumo consciente. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 16 maio. 2010.

Consumo consciente. Disponível em: < <http://www.akatu.org.br/> >. Acesso em: 20 maio 2010.

Consumo consciente. Disponível em: < www.inmetro.gov.br/consumidor/etiquetas >. Acesso em: 20 maio 2010.

Consumo sustentável. Disponível em: <www.eletronbras.com/elb/procel/main.asp >. Acesso em: 30 maio 2010.

DO FAZER AO SABER, DO SABER AO FAZER: A UNIDADE-TEÓRICO PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Ana Carla Ramalho Evangelista Lima¹

RESUMO: Os pressupostos teóricos abordados neste artigo referem-se a dois aspectos fundamentais na discussão sobre a profissão e a formação docente: o fazer e o saber. Fazer, saber e saber fazer constitui o ser professor. Assim, uma investigação particular desse contexto instrucional se fez pertinente, a fim de discutir como o fazer (intuitivo e/ou orientado) e o saber (prático e/ou teórico) compõem o ser professor e, em que medida quem sabe - faz - e quem faz - sabe - sobre sua prática profissional e as implicações destas decorrentes. Este estudo promove a reflexão sobre a relação teoria-prática que deve estar presente durante todo o processo de formação do professor, dando a possibilidade de compreensão das relações entre o quê, como e para quê ensinar.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes docentes, formação docente, aprendizagem da docência

ABSTRACT: The theoretical assumptions discussed in this article refer to two fundamental aspects in the discussion about the profession and teacher education: doing and knowing. Do, knowledge and know-how is being a teacher. Thus, an investigation of this particular instructional context was made relevant

¹Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/BA, Coordenadora e Professora de Cursos de Pós-Graduação na Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS)/BA. Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Especialista em Supervisão Escolar (UEFS), Pedagoga (UFBA). Texto extraído e adaptado da dissertação de mestrado, intitulada "Caminhos da Aprendizagem da Docência: Os Dilemas Profissionais dos Professores Iniciantes". E-mail: acrelima@yahoo.com.br

to discuss how to do it (intuitive and / or oriented) and knowledge (practical and / or theoretical) make up to be a teacher, and to what extent, who knows - do - and who does - you know - about their professional practice and their implications arising. This study promotes reflection on the relation between theory and practice that should be present during the whole process of training teachers and providing the possibility of understanding the relationship between what, how and for what to teach.

KEYWORDS: Teacher knowledge, teacher education, learning of teaching

INTRODUÇÃO

O fazer do professor relaciona-se, mais de perto, à sua prática docente, ao exercício de sua profissão. Há várias características do ensinar necessárias ao professor, como as mencionadas por Freire (2001), entre elas: “não há docência sem discência, ensinar não é transferir conhecimento e ensinar é uma especificidade humana”.

O saber, por sua vez, evoca, principalmente, os conhecimentos teóricos do professor, estabelecendo e mantendo uma relação muito próxima ao fazer e resultando da binomia teoria-prática, indissociável na formação do professor (BRZEZINSKI, 1998).

A relação entre o fazer e o saber pode ser resgatada e entendida através da prática reflexiva, assim, de acordo com Schön (1995), três importantes componentes originam uma epistemologia da prática: “o conhecimento-na-ação, a reflexão-na-ação e a reflexão sobre a ação e sobre a reflexão-na-ação”.

Para adentrar nessa discussão que eleva a importância dos saberes docentes, seja no início da carreira ou no decorrer desta, é importante reportar-nos às pesquisas recentes no campo da formação de professores que surgem como marca da produção intelectual internacional, utilizando uma abordagem teóri-

co-metodológica, a partir de análises de trajetórias, histórias de vidas, entre outras (SOUZA, 2006).

Em seus estudos, Nóvoa (1992) aponta que essa nova abordagem veio em oposição às concepções que reduziam a profissão docente a um conjunto de competências e técnicas, dissociando o eu pessoal, do eu profissional. Autores diversos (MARCELO GARCIA, 1999; ZEICHNER, 1998, entre outros) têm atribuído grande relevância à experiência pessoal e profissional dos docentes numa tentativa de ultrapassar a formação direcionada apenas para a visão imediatista e reformista do sistema educativo, fundamentando as suas convicções em três dimensões básicas - a pessoal, a profissional e a organizacional - a que Nóvoa (1992, p.19) chama “trilogia da formação contínua: produzir a vida, a profissão e a escola”.

A relação do educador com o saber é “duplamente mediada”, segundo d’Ávila (2001, p.79), ou seja, tem natureza cognitiva e didática. A competência do educador, como ressalta a autora, vem do domínio do saber, do saber-fazer (saber didático), e do saber sensível, estes saberes compõem a ação do educador enquanto mediador. O educador, por sua vez, constrói e reconstrói em sua trajetória seus conhecimentos conforme a necessidade de utilização dos mesmos, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais, por isso é importante compreender a prática pedagógica como mobilizadora desses saberes.

Sob origens diversas, o que parece ser consenso é a valorização da prática cotidiana como lugar de construção de saberes. É isso que discute Lelis (2001) num estudo sobre as tendências da produção intelectual sobre a formação de professores nos últimos vinte anos no Brasil. Segundo a autora, o saber docente, só muito recentemente passou a se constituir objeto de pesquisa no Brasil. Ao mesmo tempo, antigos temas da década de 1980 ressurgiram, sugerindo um retorno a questões que não foram resolvidas pelas políticas e práticas de formação de professores, por exemplo, o papel da teoria e da prática nos processos de

formação de professores, os modos como os professores se relacionam com os saberes.

Existem ambiguidades e mal-entendidos no entorno da relação entre teoria e prática que têm gerado nos professores algumas atitudes “contraproducentes”, ou seja, cria-se uma grande expectativa no que concerne à teoria, como se estas pudessem lhes favorecer um apoio metodológico, que não tem como ser correspondido, na mesma medida; há também, por outro lado, uma descrença em relação à teoria no que se refere à resolução dos conflitos, ou problemas práticos vividos no cotidiano escolar, como enfatiza Catani (1997).

Segundo a autora (CATANI, 1997), essa visão dicotomizada foi desenvolvida no âmbito da própria cultura escolar que insufla a circulação de valores que produzem as representações sobre as práticas docentes. Por isso se faz necessário considerar os conhecimentos que emanam da prática cotidiana desses professores para que se possa ampliar essa discussão.

OS SABERES PRÁTICOS

Os autores Tardif, Lessard e Lahaye (1991) procuraram apresentar um esboço da problemática do saber docente e suas interferências na prática pedagógica, identificando as características e os diferentes tipos de saberes, a relação do professor com os saberes e a valorização dos saberes da experiência, nos fundamentos da prática e da competência profissional. De um modo geral, reconheceram a pluralidade e a heterogeneidade desses saberes, destacando a importância dos saberes da experiência. Ao afirmar a centralidade da instituição escolar enquanto locus de formação do magistério revelou a força da experiência escolar, vivida pelo professor enquanto aluno, no desenvolvimento da prática pedagógica e, finalmente, assinalou o caráter de improvisação a marcar o trabalho docente.

É importante salientar que, para haver esse movimento em que os professores transformam suas relações com os saberes, em relações com sua própria prática, é preciso que se percebam como sujeitos/autores, portadores e construtores de um saber. Essas transformações, quando contínuas, assemelham-se a ciclos espirais (movimento dialético), isto é, a solução de uma situação que se apresenta de forma desafiadora na prática docente, pode mobilizar saberes em função da necessidade emergente, levando, por sua vez, a outras situações que se constituam em desafios e mobilizem novos saberes, e este ciclo torna a se repetir.

Sendo assim, esses saberes deveriam ocupar lugar central nos cursos de formação de professores, como sugere Tardif (2002) o que exigiria não só uma mudança curricular destes cursos, mas também uma verdadeira reforma universitária, de maneira em que fosse concedida mais importância ao trabalho de investigação dos saberes profissionais e de sua utilização nos cursos de formação de professores.

Marcelo Garcia (1999, p.4) afirma que é a partir de uma investigação sobre o pensamento do professor, que “os docentes geram conhecimento prático a partir da sua reflexão sobre a experiência”, contudo, se há de convir que nem sempre essa reflexão está sintonizada com as necessidades específicas de uma dada situação. Se todo esse movimento de refletir sobre a prática fosse tão simples, de onde se originaria o conflito? Esse processo de reflexão, depende de uma força mobilizadora que são situações que tanto exigem raciocínio, como tomada de decisão, sendo que esta implica em soluções difíceis ou penosas, daí a possibilidade de gerar uma reflexão.

É interessante observar como o conhecimento prático do professor (SCHÖN, 1995; PÉREZ-GÓMEZ, 1995), está evidente na prática dos professores, uma vez que é preciso ancorar a prática reflexiva sobre uma base de competências profissionais. Portanto, isso faz com que a docência deixe de ser uma mera atividade instrumental, diferenciando-a da concepção do modelo da ra-

cionalidade técnica (PÉREZ-GÓMEZ, 1995), na qual o professor era visto apenas como um mero aplicador de teorias e técnicas científicas. As críticas à racionalidade técnica favoreceram o surgimento de uma “nova” forma de se ver o professor enquanto profissional e “como prático autônomo, como artista que reflete, que toma decisões e cria, durante a sua própria ação” (ZEICHNER, 1998). Essa perspectiva de ensino e de professor, que foi denominada racionalidade prática, traz para discussão conceitos como: reflexão, reflexão na ação, reflexão sobre a ação, entre outros.

Donald Schön (1995) foi um dos pesquisadores contemporâneos que mais retomou a discussão sobre reflexão, buscando a ligação entre reflexão e ação, sendo que a principal contribuição reside em sua oposição ao modelo da racionalidade técnica e ao destaque dado por ele ao conhecimento prático. O conhecimento prático, segundo Schön (1995), corresponde a um repertório de ações e de compreensões que surgem e se enriquecem em experiências vividas. Por isso se fala no professor como prático (TARDIF, 2002), ou seja, aquele que põe seu conhecimento em ação nas situações concretas. Nessa discussão, PÉREZ-GÓMEZ (1995) indica como relevante, o processo de reflexão, para que o professor não caia no mero ato de refletir por refletir.

Para Pimenta (2005), as ideias de Schön foram rapidamente apropriadas e ampliadas em diferentes países e colocaram novamente em discussão variadas questões referentes à autonomia dos professores e da escola, às condições de trabalho e à identidade profissional, entre outras. Além disso, apontaram para a valorização dos processos de produção do saber docente a partir da prática e situaram a pesquisa como um importante instrumento de formação de professores.

Mesmo com o desenvolvimento desse outro pressuposto teórico, os princípios da racionalidade técnica permanecem presentes, tanto na formação dos professores, quanto no desenvolvimento de suas atividades na escola ou nos outros campos

educacionais. Há, no entanto, tentativas de se romper com a perspectiva desta racionalidade no âmbito teórico, entre os pesquisadores universitários e demais estudiosos da área educacional em geral, a partir da consciência de que a formação baseada neste princípio não permite uma prática docente crítica e transformadora, já que o professor é tomado como mero reproduzidor de ações, preocupado somente com o “saber-fazer”.

Então, por qual motivo, mesmo com várias discussões teóricas a respeito da necessidade de formação de professores críticos e reflexivos, na prática, o que permanece é o princípio da racionalidade técnica? Os professores têm conseguido realizar a reflexão tão teorizada? Que condições de trabalho os professores têm para refletir? Por que, mesmo nas universidades, locus da produção científica e acadêmica, espaço dos grandes pesquisadores e estudiosos da área, a formação permanece atrelada aos princípios da racionalidade técnica?

A perspectiva prática pode trazer importantes contribuições para a análise da formação e prática profissional dos professores, desde que o processo de reflexão não seja tomado como uma atitude individual e isolada, independente das condições concretas de trabalho existentes na sociedade capitalista. Isto parece acarretar um relativismo que pouco poderá contribuir para a superação da racionalidade técnica, a qual tanto se critica.

Duarte (2003) lembra, que os estudos na linha da “epistemologia da prática” e do “professor reflexivo” desvalorizam o conhecimento escolar, científico, teórico, pois propõem que o conteúdo da formação dos professores seja “reduzido ao exercício de uma reflexão sobre os saberes profissionais, de caráter tácito, pessoal, particularizado, subjetivo”. Assim, a prática reflexiva não aborda a compreensão crítica do contexto social em que o ensino ocorre e desvaloriza o conhecimento teórico, sem o qual, segundo a teoria crítica, na visão de Libâneo (2005), não se pode desvendar as condições que produzem a alienação, as

injustiças e as relações de dominação. Não se quer apenas professores que reflitam somente sobre sua prática, mas também sobre outras práticas, principalmente as políticas e as sociais mais amplas.

Neste sentido, Pimenta (2005) argumenta: “Em quais condições esses professores refletem sobre sua prática?” A tese defendida pela autora é de que há uma grande apropriação da perspectiva da reflexão, relacionadas às políticas neoliberais, que transformou o termo “professor reflexivo” em um “modismo”, esvaziando sua dimensão político-epistemológica, que é de grande valia para a “elevação do estatuto da profissionalidade docente” (PIMENTA, 2005, p.45).

O desenvolvimento profissional dos professores estaria, então, ligado à reflexão que faz e sobre as teorias que embasam a sua prática. Todos esses aspectos que perpassam a discussão sobre a reflexão como possibilidade de se visitar a própria prática e confrontá-la com os conhecimentos (teóricos e práticos), como discute Catani (1997), pois fazem parte de um processo de transformação das concepções de formação dos professores, que revelam que as práticas docentes não se constituem a partir do momento em que professores e alunos estabelecem contato com as teorias pedagógicas, visto que se encontram arraigadas em contextos e histórias singulares, tendo início desde a fase anterior ao seu processo de escolarização, alargando-se por toda a sua trajetória escolar e profissional.

OS SABERES TEÓRICOS

No período do governo tecnocrático instalado no poder desde 1964, até a segunda metade dos anos de 1970, sob diferentes ângulos, é analisada a situação do magistério na tentativa de encontrar explicações para as precárias condições de funcionamento dos sistemas públicos de ensino, expressas em altas taxas de exclusão escolar, principalmente entre segmentos das

camadas populares.

Na educação delineou-se uma política educacional que buscava adequar a escola ao novo modelo de desenvolvimento, tornando-a “eficiente e produtiva”, com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país, para a segurança nacional.

No campo da formação, esta política educacional reforçou o pressuposto tecnocrático, implementando modelos dicotômicos. Embora houvesse propostas de uma formação mais integral que articulasse ensino e pesquisa, as licenciaturas foram estruturadas com base na separação entre preparação pedagógica/conhecimento específico da disciplina, preparação para o ensino/preparação para a pesquisa.

Nos anos de 1980, apesar da redemocratização e das discussões propostas pelos trabalhadores da educação, a formação “aligeirada” tornou-se uma realidade, particularmente nas Universidades e faculdades privadas, como pode ser visto ainda hoje pelo vasto número de cursos de graduação e pós-graduação.

Nessa época, em um texto que se tornou referência no campo dos educadores, Mello (1985) parte do caráter mediador da escola para estudar as representações e expectativas do professor face à escola, ao aluno e aos papéis que desempenham. A tese central da autora passava pela defesa da competência técnica do professor vista como mediação através da qual se realizaria o sentido político da educação escolar.

Bem diversa da tendência tecnicista dos anos de 1970, Mello (2000) denuncia ainda a lógica subjacente à organização do trabalho no interior da escola que acabara por fazer com que o professor perdesse seus instrumentos de trabalho: do conteúdo (saber) ao método (saber fazer), restando uma técnica sem competência. Na busca por mapear as causas da precariedade da prática docente, “estaria a dificuldade do professor em se perceber como parte do problema do ponto de vista das defici-

ências de sua formação” (MELLO, 2000).

De certa forma, essa tese provoca impacto e gera um debate intelectual, na medida em que faz emergir uma polêmica em torno do significado de uma suposta concepção universal sobre competência, acima dos interesses de classe.

No horizonte de pensar a formação do educador, Saviani (1980) afirmava a necessidade de que o curso de Pedagogia fornecesse uma fundamentação teórica que permitisse uma ação coerente, o desenvolvimento de uma consciência aguda da realidade em que os futuros professores iriam atuar e uma instrumentalização técnica que permitisse uma ação futura eficaz (SAVIANI, 1980). Como forma de garantir o cumprimento dessas finalidades, cada disciplina do curso de Pedagogia deveria ser trabalhada de modo que os alunos chegassem a uma teoria geral de educação “no nível atitudinal (o que o educador precisa viver), no nível crítico-contextual (o que o educador precisa fazer), no nível cognitivo (o que o educador precisa saber), no nível instrumental (o que o educador precisa fazer)” (SAVIANI, 1980).

Do ponto de vista da prática de pesquisa, os anos de 1980 deixaram uma lacuna, em termos do conhecimento sobre as práticas pedagógicas efetivas que estavam acontecendo na sala de aula. Geraldi e Fiorentini (1998) reforçam essa crítica ao afirmarem que as pesquisas sobre ensino e formação de professores passaram a priorizar o estudo de aspectos políticos e pedagógicos amplos. Os saberes escolares, os saberes docentes tácitos e implícitos e as crenças epistemológicas, seriam muito pouco valorizados e raramente problematizados ou investigados tanto pela pesquisa acadêmica educacional como pelos programas de formação de professores.

Na busca por efetuar um balanço da pedagogia crítico-social dos conteúdos, Libâneo (1999), procura atualizar o “conteudismo”, chamando a atenção para as interpretações equivocadas que esvaziavam a abordagem, na identificação mecânica entre “conteúdo” e “matéria”. Mesmo alargando-se o sentido do que

entendemos por “pedagogia dos conteúdos”, permanece o desafio de pensar nas relações que o professor estabelece com os saberes, considerando-se que na ação prática, saberes de diferentes ordens (entre os quais se situam os conteúdos de ensino) são por ele mobilizado.

Considerando-se que uma pedagogia fundada em conteúdos, idealizada por educadores críticos nos anos de 1980, tinha como justificativa a transformação política da escola e da sociedade e colocava como necessidade o recurso aos conhecimentos universais. Todavia o que assistimos foi “o florescimento de um discurso de culpabilização do professor, dramaticamente similar ao discurso de culpabilização dos alunos que florescera nos anos de 1960 e 1970” (LIBÂNEO, 1999). Nessa abordagem, o ponto central é a concepção de que a aprendizagem se faz a partir do domínio da teoria e dessa ótica, o conteúdo tem papel determinante, na relação conteúdo-forma, pois como coloca Veiga (1993, p.91), “na relação conteúdo-forma, ao conteúdo cabe o papel determinante, porém essa determinação não é absoluta (...) a forma tem sua especificidade”

É com base neste quadro que a formação de professores torna-se um problema a ser resolvido fora dos espaços desvalorizados da formação regular. À maneira dos programas de educação compensatória da década de 1970, as práticas de formação dos professores foram também definidas como oportunidade para o professor “compensar” a má formação recebida nos cursos regulares. E é na década de 1980, que começa a se delinear os primeiros estudos em busca de “alternativas para a Didática, a partir dos pressupostos da Pedagogia Crítica” (VEIGA, 1991, p.39), ou seja, a superação de um intelectualismo formal do então enfoque tradicional, que tinha a intenção de evitar o espontaneísmo escolanovista, combatendo o tecnicismo e resgatando as tarefas especificamente pedagógicas, até então desprestigiadas pelo discurso imperativo reprodutivista. (VEIGA, 1991).

Denunciando a perspectiva positivista que caracterizaria a dicotomia entre teoria e prática, muito presente nos currículos dos cursos, Candau e Lelis (2002) buscam na filosofia da práxis um recurso para pensar uma visão de unidade entre os dois polos na perspectiva de uma teoria revigorada. Trabalham a relação teoria e prática no sentido de identificar nas práticas de formação de especialistas e professores, as concepções que estariam informando aquela relação.

Entende-se que a teoria em si não transforma o mundo, mas pode contribuir para sua transformação, para isso é preciso que esta saia de si mesma, e que seja assimilada pelos que vão possibilitar, com suas ações, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora, se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como caminho indispensável para desenvolver ações reais e efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

Pensando alternativas para os cursos de licenciatura, Candau (1997) defende o primado do conteúdo específico sobre o conteúdo pedagógico na formação do professor, ou seja, a competência básica de todo e qualquer professor é o domínio do conteúdo específico. Somente a partir deste ponto é possível construir a competência pedagógica.

Do ponto de vista conceitual, parte-se do conteúdo específico para trabalhar a dimensão pedagógica em íntima relação com ele. Assume-se que a liderança deve ser da área específica com a colaboração íntima das unidades de educação. A responsabilidade deverá ser partilhada intimamente, mas o primado é da área de conteúdo específico.

De acordo com Libâneo (2005) é inconcebível hoje dizer que os problemas da formação não são técnicos, mas políticos. Segundo o autor, “são políticos, são fortemente políticos, mas

também são técnicos”. Por isso, a formação de professores deve atender a demandas que dizem respeito, em especial, às formas de se garantir uma aprendizagem de qualidade a todos os alunos. Daí a necessidade de conhecer os ‘saberes e fazeres’ do professor, para pensar em um perfil de sua formação, com base nas necessidades concretas das suas práticas, o que implicaria, necessariamente, numa maior ênfase ao conhecimento pedagógico.

Fazendo um balanço, resguardando as proporções, chegamos à década de 1990 sem muitos avanços sobre o conhecimento dos processos de ensino e de formação, presos a uma concepção de competência que pouco avançou sobre quem são os professores, o que sabem, o que não sabem, como ensinam, como aprendem, que problemas enfrentam no cotidiano de sua prática profissional.

Talvez tudo isso tenha ocorrido porque a cada dia sabemos menos, sobre tudo, e essa consciência têm nos feito mais cuidadosos em definir, pensar projetos para formação de professores, sem as fórmulas teóricas abrangentes que invadiram o campo da educação até bem pouco tempo. Há, efetivamente, uma separação, um distanciamento, um muro, entre a legislação, as políticas e diretrizes, o mundo acadêmico e as questões pedagógico-didáticas efetivas da formação dos professores, que intimamente se relaciona com a sala de aula. Isto é um paradoxo porque é na sala de aula, é na base do sistema que as coisas efetivamente mudam, é lá que sabemos o que os alunos aprendem como aprendem e o que fazem com o que aprendem.

Não se trata de desconsiderar ou desvalorizar o conhecimento das teorias - assim como propõe a “epistemologia da prática”. Trata-se de abordá-las como elementos de análise e expressão da prática e do contexto profissional dos professores. Os saberes teóricos devem se articular, ao mesmo tempo, aos saberes da prática, resignificando-os e sendo por eles resignificados. Isto não quer dizer que a prática - e os conhecimentos dela prove-

nientes - devam ser supervalorizados na formação dos professores.

Mesmo considerando a importância da aproximação com as práticas escolares na formação inicial, confirma-se a ideia de que é a teoria que pode oferecer aos professores perspectivas de análise para que compreendam “os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os”. (PIMENTA, 2005, p. 26)

A reflexão sobre a prática, neste sentido, exige um distanciamento e um certo estranhamento da própria prática, além da apropriação e produção de teorias, para que se possa analisá-la criticamente. Desta maneira, a teoria - e sua utilização para analisar a atividade de ensino - e não a prática, apresenta-se como possibilidade de superação do praticismo da racionalidade técnica e mesmo da racionalidade prática. Além disso, acredito que é a universidade, também, o lugar da reflexão e do pensamento crítico. A aproximação das práticas escolares, em nenhum momento pode perder de vista que a universidade é o local mais qualificado para a formação de professores.

A teoria pedagógica e a prática docente referem-se a uma relação que não pode ser unívoca, nem linear (CATANI, 1997), pois implicam numa relação dialética, que vem requerer dos professores uma postura reflexiva de um lado, buscando a compreensão dos conteúdos teóricos e, de outro, “o desenvolvimento de uma análise sobre as formas mediante as quais eles têm incorporado e traduzido os elementos diversos que compõem as teorias por eles estudadas”. (CATANI, 1997, p.36)

Mas será que esta forma de entender o conhecimento e a ação, perpetua a divisão social do trabalho, separando o mundo acadêmico – o dos pesquisadores, os que pensam – do mundo escolar – o dos professores, os que executam? Nesta separação, cabe aos primeiros investigar e elaborar conhecimentos para que os segundos os apliquem. Os professores, neste contexto, veem-se, portanto em um dilema: negar sua condição de produ-

tores de conhecimentos, aceitando cegamente tudo o que vem de fora ou, simplesmente, rejeitar os saberes acadêmicos em favor dos saberes da tradição pedagógica? O problema é que, em ambos os casos, o professor não é visto como sujeito de conhecimento e responsável pelo seu desenvolvimento profissional, e, sim, como um “transferidor de saberes, exercitador de destrezas” (FREIRE, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas questões, pode-se considerar que o professor não é apenas um técnico especialista cuja atividade se define como meramente instrumental, nem tampouco um profissional totalmente autônomo que reflete continuamente sobre sua ação. A ação do professor movimenta-se entre esses dois extremos, pois a atividade docente está em constante processo dialético, influenciada pelas condições sociais existentes.

E é por todo esse movimento, de afirmação e negação dos anseios para a formação dos educadores, que uma das grandes críticas feitas aos cursos de formação envolve a relação teoria-prática. As disciplinas pedagógicas, assim como as específicas, acabam por serem ministradas dentro de uma visão de transmissão de conhecimento apenas, sem que sejam estabelecidos princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido. Daí a preocupação em discutir na formação do professor, a dissociação usual entre o ensino dos conteúdos específicos e o ensino de suas metodologias, assim como entre o ensino dos conteúdos específicos e o ensino das disciplinas pedagógicas.

A abordagem teórica é imprescindível na formação de um educador crítico, pois constitui-se num dos elementos básicos para a análise qualitativa da realidade, favorecendo a superação de uma concepção fundada no senso-comum, passando a uma consciência filosófico-científica da prática pedagógica. Porém essa dimensão teórica precisa estar vinculada ao contexto educacional. A investigação da prática educativa, à luz do referencial

teórico, constitui-se, hoje, num importante elemento dispositivo, que permite refletir para além dos limites laborais.

As propostas curriculares dos cursos de Pedagogia – principalmente os das universidades públicas – assumem a intenção de distanciar-se da perspectiva técnica, procurando superar a dicotomia entre teoria e prática e entre aqueles que pensam e os que executam (PIMENTA, 2005), considerando que os professores são também produtores de conhecimento, ainda que restritos, em certa medida, pelas condições em que é realizado seu trabalho.

Por todos os aspectos expostos é que se faz fundamental um diálogo entre as diversas teorias adquiridas pelo professor, sejam elas em curso de formação de professores, ou até mesmo em formações continuadas. A partir desse diálogo das teorias, o professor pode estabelecer um elo com a prática, de acordo com seu contexto de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRZEZINSKI, I. Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática. In: Serbino, R. V.; Ribeiro, R.; Barbosa, R. L. L.; e Gebran, R. A. (org.). **Formação de Professores**. SP: Editora da UNESP, 1998.

CANDAU, V.M.F. e LELIS, I.A. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU, V.M. F. (org.) **Rumo a uma nova didática**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 56-72.

CANDAU, V.M.F. Universidade e formação de professores: Que rumos tomar? In: CANDAU, V.M.F. (org.) **Magistério, construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CATANI, D. B. (orgs) **Docência, Memória e Gênero: Estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

D'ÁVILA, Cristina M. **Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao manual escolar?** Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2001.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). In: **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, n. 83, p. 601- 626, ago. 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GERALDI, C.M.G.; DARIO, F.; PEREIRA, E.M. de A. (orgs.). **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

LELIS, Isabel Alice. Do ensino de conteúdos aos saberes do professor: mudança de idioma pedagógico? **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 22, n. 74, abr. 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/01/2004.

LIBÂNEO, J. C. e PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Campinas: CEDES. **Educação e Sociedade**, n.68, pp. 239-277, 1999.



LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCELO GARCÍA, C. Estudio sobre estrategias de inserción profesional en Europa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.19 jan/abr 1999. Disponible em: www.campus-oei.org/oeivirt/rie19a03.htm. Acesso em: 20/12/2004.

MELLO, G. N. de. Formação inicial de professores para a educação básica. **São Paulo Perspectiva**. V. 14, n. 1, São Paulo, jan/mar 2000. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em :17/01/2004.

MELLO, Guiomar Namó. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992.

PÉREZ GÓMEZ, Angel. **Ensino para a compreensão**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António (org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Editora Cortez, 1980.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.



TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, M., LESSARD, C. & LAHAYE, L.. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. In: **Teoria e Educação** n.4, p. 215-233, 1991.

VEIGA, I. P. A. A construção da didática numa perspectiva histórico-crítica da educação. Estudo introdutório. In: **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1993.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (coord.). **Repensando a didática**. Campinas/SP: Papirus, 1991.

ZEICHNER, Kenneth. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador-acadêmico. In: FIORENTINI, GERALDI E PEREIRA (orgs.). **Cartografias do Trabalho Docente**. Campinas: Mercado de Letras. 1998.



FISCINA, Ludmilla Fonseca e MARCOLIN, Rejane Viana Sales



SITUAÇÃO DE SAÚDE BUCAL DE ADULTOS E IDOSOS DA ZONA URBANA EM UMA CIDADE DO NORDESTE

Claudia Cerqueira Graça

RESUMO: A saúde bucal de adultos e idosos se apresenta como um grave problema de saúde pública no Brasil. Com o objetivo de descrever as características das condições de saúde bucal, sócio-econômicas e demográficas, de acesso e utilização dos serviços odontológicos, de um grupo populacional com idade maior ou igual a 45 anos, realizou-se um estudo de corte transversal, no município de Alagoinhas-Bahia, envolvendo 902 indivíduos, residentes na zona urbana. Os participantes foram visitados em seus domicílios, e um exame clínico bucal e um questionário foram realizados. Os resultados mostram uma alta prevalência de edentulismo e o elevado índice de CPO-D médio evidenciando as precárias condições de saúde bucal da população adulta e idosa analisada. Foi observado que as mulheres e os idosos apresentaram maior proporção de edentulismo, que há uma necessidade de prótese em torno de 98,3% na arcada superior e 97% na arcada inferior, e que a presença de cálculo dentário foi a condição periodontal mais evidente. Foi observado também que as mulheres idosas com cor de pele auto-referida branca, com escolaridade baixa e renda pessoal ≤ 1 salário mínimo apresentaram maior prevalência de edentulismo, e que o fato de não ter recebido orientação sobre higiene oral aumentou a prevalência do mesmo, mostrando maior frequência principalmente entre idosos de ambos os sexos. Sabe-se que a prevalência de doença bucal é muito grande, principalmente entre indivíduos idosos e que o serviço público brasileiro ainda não está capacitado para absorver esta demanda. Necessário se faz definir prioridades que orientem uma reestruturação de atenção odontológica e

uma mudança de atitude frente aos problemas de saúde bucal apresentados por esta parcela da população.

PALAVRAS – CHAVE: saúde bucal, saúde do idoso, epidemiologia.

ABSTRACT: The adults and elderly's oral health presents as a serious public health problem in Brazil. In order to describe the characteristics of oral health, socio-economic and demographic conditions, access and use of dental services, of a population group aged greater than or equal to 45 years, a cross-sectional study was carried in Alagoinhas-Bahia, involving 902 individuals, that lived in the urban area. The participants were visited at their homes, and an oral clinical examination and a questionnaire were applied. The results show a high prevalence of edentulism and high rate of CPO-D showing the precarious conditions of adults and elderly's oral health analyzed. It was observed that women and the elderly showed greater proportion of edentulism, that there is a need of prosthesis around 98.3% in the upper arch and 97% in the lower arch, and the presence of dental stone was the most periodontal condition evident. It was also observed that elderly women with white skin, low schooling and personal income ≤ 1 minimum wage showed greater prevalence of edentulism, and the absence hygiene oral guidance increased the prevalence of edentulism too, showing more frequent especially among the elderly of both sexes. It is known that the prevalence of oral disease is very high, especially among the elderly and that the Brazilian public service is not yet able to absorb this demand. It's necessary to define priorities to guide a restructuring of dental care and a change of attitude face to oral health problems presented by this portion of the population.

KEY WORDS: oral health, elderly health, epidemiology.

INTRODUÇÃO

A saúde bucal de adultos e idosos se apresenta no Brasil em situação precária. Indicam isto alguns dados recentes do Projeto Saúde Bucal Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003), onde 10,2% da população na faixa etária 65 a 74 anos e 53,0% entre 35 e 44 anos apresentavam 20 ou mais dentes em condições funcionais, portanto em níveis inferiores à meta que a Organização Mundial de Saúde (FDI, 1982) preconizava para o ano 2000 em que ao menos 50% e 75% dessas pessoas, respectivamente, atenderiam a este critério. Dessa maneira pode se considerar esta situação um grave problema de saúde pública.

Nesse contexto, é importante destacar o aumento da expectativa de vida que ocorre no Brasil, tanto quanto nos países mais desenvolvidos, como resultado da aplicação de tecnologia médica e dos avanços dos estudos e práticas no campo da saúde, entre outros fatores (COLUSSI, FREITAS, 2002). Atualmente, projeções demonstram que em 2025 haverá cerca de 1,2 bilhão de pessoas acima dos 60 anos no mundo e, em 2050, estas serão por volta de 2 bilhões, sendo que 80% delas viverão em países em desenvolvimento. Assim é indispensável que haja uma atenção especial para esse grupo populacional.

A título de delimitação do problema, quando se observa o processo de envelhecimento populacional sob a ótica da saúde bucal da população adulta, a situação mais prevalente é a perda de unidades dentárias e o edentulismo, como resultantes de uma prática odontológica mutiladora, que acarreta diversas alterações desde a redução do tônus da musculatura facial, até o comprometimento das funções de deglutição, mastigação, da fonação, e que podem influenciar a ocorrência de problemas para a saúde geral (PUCCA JÚNIOR, 1996; COLUSSI, FREITAS, 2002). Isto se agrava ainda mais, em vista dos determinantes sócio-econômico-culturais próprios do contexto da vida dos idosos, o que aprofunda adicionalmente as desigualdades em saúde.

As necessidades odontológicas que os idosos apresentam são amplas, complexas, e a maior prevalência encontrada que se refere ao grande número de dentes perdidos, corrobora com o aumento das necessidades desses indivíduos. Porém, este é um quadro que não é estático e imediato, ao contrário, se estabelece ao longo da vida das pessoas adultas e idosas, resultando em efeitos cumulativos negativos, que podem ser devastadores para sua saúde (SALIBA *et al*, 1999). A perda dentária além de ocasionar mudanças físicas e fisiológicas, também pode trazer problemas sociais e psicológicos para o indivíduo, no que tange aos relacionamentos pessoais e influência na sua auto-estima. Esta que se traduz no edentulismo de grande parte da população adulta e idosa brasileira, segundo Almeida e Souza (2006), é uma produção histórica que na cultura brasileira é tida como “natural” ou própria do processo de envelhecimento.

Os baixos níveis de escolaridade e renda, o acesso limitado e a precariedade de ofertas de serviços odontológicos para adultos e idosos, entre outros, são alguns dos fatores tidos como responsáveis pela grande perda dentária apresentada por esses indivíduos, principalmente em países subdesenvolvidos. No Brasil, o edentulismo se constitui, em uma marca da desigualdade social, uma vez que ser morador da zona rural em municípios com menos de 10 mil habitantes, ter uma renda mensal inferior a R\$ 400 reais e baixa escolaridade (menos de sete anos de estudo) proporciona maior chance de ser edêntulo parcial ou total (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003; PETERSEN, 2003).

Apesar do crescente interesse sobre condições de saúde bucal de idosos, a maior parte das investigações sobre este grupo populacional refere-se a populações institucionalizadas. São ainda poucos no Brasil os estudos epidemiológicos de base populacional, voltados às condições de saúde bucal da população adulta. Nesse sentido, o estudo mais recente foi o projeto Saúde Bucal Brasil, realizado em 2003. Segundo este, destaca-se o fato que o componente perda dentária do CPO-D responde por cerca

de 66% do valor do índice no grupo de 35 a 44 anos e a quase 93% no grupo de 65 a 74 anos.

Nessa perspectiva, descrever as características das condições de saúde bucal, sócio-econômicas e demográficas, de acesso e utilização dos serviços odontológicos, de um grupo populacional com idade maior ou igual a 45 anos é o que se propõe neste estudo.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se um estudo epidemiológico, de corte transversal, que foi escolhido por permitir uma descrição inicial da população estudada, através do detalhamento e da comparação dos perfis epidemiológicos de adultos e idosos, sendo este rápido e de fácil execução.

Alagoinhas, local onde o estudo foi realizado, é um município pertencente ao estado da Bahia, situado na mesoregião nordeste. Ele é o sexto município baiano em área territorial, possuindo uma extensão de 736,8 km², e uma densidade demográfica de 190,4 hab./km². A população total é de 139.853 habitantes e a grande maioria (86,43%) reside na zona urbana, havendo uma ligeira predominância do sexo feminino (52%) e uma maior concentração populacional na faixa etária de 20 a 29 anos (19,3%) (IBGE, 2000). Ele está ligado a Salvador, capital baiana, através da BR 101 e BA 116, numa distância de 107 Km (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2001). Nesse município, o fenômeno de envelhecimento populacional já se demonstra presente, estando 8,7% dos habitantes acima dos 60 anos de idade, num total de 12.162 pessoas. Este é o padrão etário observado na população brasileira, que apresenta 9,7% de pessoas com mais de 60 anos, critério de idade adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000) para definir a população idosa.

Para a amostragem, adotou-se um cálculo a partir da população finita de indivíduos acima de 45 anos no município de Alagoi-

nhas, residentes na zona urbana, num total de 22.222 pessoas (IBGE, 2000). Adotou-se também um intervalo de confiança de 95%, uma prevalência do efeito de 40% entre os expostos, e o pior resultado esperado de 35%. Dessa maneira calculou-se o tamanho da amostra em 363 indivíduos, para cada faixa etária: adultos (45 a menor de 60 anos) e idosos (60 anos e mais). A esse resultado amostral, foi acrescido 20% ao número de indivíduos definidos para cada faixa etária, como uma precaução para as perdas estimadas, obtendo-se ao final do cálculo um total de 871 (arredondado para 900) indivíduos a serem sorteados.

Foram incluídos na amostra indivíduos residentes na zona urbana do município, dentro do grupo de idade definido, e excluído aquele, cujo grau de dependência, quer seja por deficiência mental ou física, o tornou incapaz de compreender e responder as questões propostas. Esta amostra foi realizada através de procedimento sistemático, que segundo Medronho (2003), é geralmente usada quando é possível um ordenamento na população de estudo, sendo de fácil execução e menos sujeita a erros. A identificação da população de estudo em questão, inicialmente foi realizada através das fichas cadastrais das famílias, realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Alagoinhas possui 74,7% de cobertura municipal pelo Programa dos Agentes Comunitários de Saúde. Os ACS, pertencentes aos programas, acompanham as famílias e atualizam as fichas cadastrais mensalmente. Essas, além de outras informações, relacionam os nomes e as idades de todos os integrantes de cada família, sendo possível localizá-las através das micro-áreas de abrangência de cada ACS. As recusas foram substituídas através de sorteio entre os indivíduos residentes na mesma micro-área dos ACS.

As variáveis e indicadores adotados neste estudo foram: condições de saúde bucal (perda dentária, condição periodontal - medida através do Índice Periodontal Comunitário (IPC), uso, condições e necessidade de prótese dentária, lesões na mucosa oral, cárie dentária - medida através do Índice de dentes caria-

dos, perdidos e obturados (CPO-D), observando-se a média encontrada para cada componente deste indicador), informações sócio-demográficas (idade, sexo, cor da pele auto-referida, grau de escolaridade – definida como até primeiro grau incompleto e primeiro grau completo e mais, renda mensal individual – expressa em salários mínimos, trabalho – definida se o indivíduo está trabalhando, ou fora da população economicamente ativa (PEA), que tanto pode expressar a condição de desempregado, aposentado ou pensionista, tipo de família – definida como nuclear, quando composta por pais e filhos, extensa, quando composta por indivíduos com outros laços de parentesco ou sem os mesmos, e morando sozinho), estilo de vida (hábito de fumar), hábitos de higiene oral (frequência e recursos utilizados), ter recebido ou não orientação sobre higiene oral (que inclui técnicas de escovação, uso do fio dental), acesso e utilização dos serviços odontológicos (frequência de procura e motivo).

A coleta dos dados populacionais foi feita através do preenchimento de um questionário e do exame bucal clínico. Os dados foram coletados pela pesquisadora e registrados pelos Agentes Comunitários de Saúde do município, na área descoberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF), e por 10 cirurgiões-dentistas, que compõem o quadro dos profissionais do PSF de Alagoínhas, também com o auxílio dos ACS e auxiliares de consultório odontológico que fazem parte dessas equipes.

O exame bucal clínico realizado para avaliar a perda dentária, condições de saúde periodontal, uso, condições e necessidade de próteses, presença de lesões de mucosa e cárie dentária, seguiu os critérios do levantamento epidemiológico nacional, Saúde Bucal Brasil¹. Foi utilizado espelho bucal e sonda periodontal, instrumentos padronizados pela Organização Mundial da Saúde, para a realização dos exames bucais, devidamente esterilizados conforme as normas de biossegurança do Ministério da Saúde.

Os sujeitos da pesquisa sorteados foram examinados na residência, e após receberem todas as informações necessárias e

autorizarem o exame, foram orientados para sentar-se em uma cadeira comum diante de uma janela, ou na varanda da casa. O examinador devidamente paramentado com avental, máscara e luvas descartáveis se aproximou do sujeito solicitando a abertura da cavidade bucal, e com o auxílio dos instrumentos e sob a ação da luz natural, observou a condição dos dentes e dos tecidos moles. A técnica de exame é rápida, indolor, e dispensa a aplicação de qualquer substância antes, durante ou depois de sua execução. O anotador se posicionou ao lado do cirurgião-dentista para em condições ótimas de comunicação registrar na ficha específica os códigos previamente padronizados que foram transmitidos pelo examinador. Todos os profissionais envolvidos na coleta de dados, participaram do processo de calibração, obtendo-se os seguintes resultados de concordância inter-examinadores: perda dentária (99%), alteração periodontal (94%), uso de prótese dentária (100%), necessidade de prótese dentária (92%), alteração de tecido mole (90%).

Os problemas bucais observados pelo cirurgião-dentista foram comunicados ao sujeito da pesquisa, que recebeu um relatório resumido das suas condições bucais, contendo também a indicação da unidade de saúde mais próxima para a realização da assistência odontológica necessária. Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva, e a coleta de dados foi realizada nos meses de julho a setembro de 2007. Por se tratar de um estudo que envolveu pessoas, a obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes foi o primeiro passo, em cada etapa da realização da pesquisa. Foram assegurados o anonimato e a confidencialidade no uso das informações obtidas na coleta de dados, excluindo os nomes dos participantes das bases de dados, como também de qualquer publicação posterior dos resultados.

Procedeu-se a análise descritiva dos dados por grupos de idade e sexo comparando-se a prevalência de edentulismo e demais variáveis para definir o perfil epidemiológico de saúde bucal dos

indivíduos estudados. Os programas estatísticos utilizados foram SPSS (versão 9.0) (1999) e o Stata Statistical Software (2003).

RESULTADOS

O grupo de estudo foi constituído por 902 indivíduos, sendo 48,5% (437) adultos e 51,5% (465) idosos. De acordo com o sexo, obteve-se a seguinte distribuição: 28,5% homens e 71,5% mulheres. Em comparação à população do município de Alagoinhas neste grupo existe uma maior predominância do sexo feminino (56,6%) em relação ao masculino (43,4%), e da população adulta (55,8%) em relação à idosa (44,2%).

A prevalência total de edentulismo encontrada no grupo estudado foi de 27,7%. Na Tabela 1 é possível verificar que no grupo de homens adultos, 9,2% encontrava-se totalmente sem dentes naturais, ocorrendo um aumento dessa prevalência de edentulismo de acordo com a faixa etária e sexo. No Gráfico 1 é possível verificar uma proporção maior de mulheres edêntulas em comparação aos homens tanto na faixa etária adulta quanto idosa, porém, observa-se que a situação se inverte quando o critério é a presença de 1 a 19 dentes naturais na cavidade bucal, mostrando uma maior prevalência entre os homens adultos (65,8%), havendo um decréscimo em relação aos outros grupos estudados.

No que se refere aos indicadores odontológicos apresentados na Tabela 2, a necessidade de próteses total e parciais na população examinada, não apresentou grandes divergências, havendo uma necessidade média em torno de 98,3% na arcada superior e 97% na arcada inferior. A maior necessidade de prótese total foi apresentada pelas mulheres idosas (75% para a arcada superior e 55,1% para a inferior), porém foi entre homens e mulheres adultos que se observou uma diferença mais acentuada na necessidade de prótese total superior, condição esta apresentada em pior estado pelas mulheres adultas (51,5%). Em

contraste são os homens, tanto adultos como idosos, que necessitam e não usam qualquer tipo de prótese (56,4% adultos e 73,0% idosos na arcada superior e, 85,0% adultos e 85,3% idosos na arcada inferior). Na Tabela 2, pode-se verificar também o Índice Periodontal Comunitário, cuja maior prevalência observada referiu-se à presença de cálculo dentário em todos os grupos estudados, sendo a melhor situação apresentada pelas mulheres adultas (58,4%), porém este foi o grupo que apresentou maior prevalência de lesões na mucosa oral (11,7%). O CPO-D médio encontrado foi de 25,0, sendo o grupo de mulheres idosas o que apresentou menor proporção de dentes hígidos. O componente cariado deste indicador foi mais prevalente entre homens adultos (47,5%) e o restaurado entre mulheres adultas (15,8%).

Uma maior proporção do grupo estudado apresentou cor da pele preta ou parda (81,2% dos adultos e 81,9% dos idosos), porém a maior prevalência de edentulismo foi observada entre mulheres idosas com cor de pele auto-referida branca (55,8%). As mulheres idosas com escolaridade baixa e renda pessoal \leq 1 salário mínimo também foram as que apresentaram maior prevalência de edentulismo (45,3% e 44,7% respectivamente). Chama atenção que o grupo de mulheres adultas morando sozinhas (35,7%) e fora da PEA (população economicamente ativa) (18,5%) apresentaram maior prevalência de edentulismo em comparação ao grupo de homens nessa mesma faixa etária. Dos grupos estudados, o fato de não ter recebido orientação sobre higiene oral aumentou a prevalência de edentulismo, mostrando maior frequência entre idosos de ambos os sexos. Porém no grupo de mulheres adultas, a prevalência de edentulismo aparece quase três vezes maior entre aquelas que receberam (9,6%) e não receberam (23,1%) orientação sobre higiene oral. Indivíduos fumantes apresentaram maior prevalência de edentulismo. Resultado diferente foi apresentado apenas pelo grupo de mulheres idosas que relataram nunca terem fumado mas, que apresentaram maior proporção de edentulismo (48,0%) (Tabela 3).

Quanto aos cuidados referentes à saúde bucal, mais de 87,0% dos homens e mulheres estudados declararam escovar os dentes até três vezes ao dia, a grande maioria, mais de 90,0%, faz uso do creme dental como auxiliar dessa prática, porém o uso do fio dental ainda não faz parte da rotina da maioria dos entrevistados. Predominou acima de três anos o período relatado como da última visita ao dentista, sendo que a maioria dos entrevistados ainda declarou a extração dentária como principal motivo da mesma (Tabela 4).

DISCUSSÃO

A alta prevalência de edentulismo e o elevado índice de CPO-D médio observados nesse estudo evidenciam as precárias condições de saúde bucal da população adulta e idosa analisada. Esta situação é semelhante à encontrada em outros estudos envolvendo indivíduos adultos e idosos (SILVA, VALSECKI JÚNIOR, 2000; MARTINS NETO, PADILHA, 2000; SILVA, SOUZA, TOLEDO, LISBOA, 2002; CALDAS JUNIOR, CIMÕES, MARCENES, 2003; COLLUSI, FREITAS, CALVO, 2004; CIMÕES, CALDAS JUNIOR, SOUZA, 2004; CIMÕES, CALDAS JUNIOR, SOUZA, 2005), onde o número médio dentes cariados, perdidos e obturados variou de 20,4 a 31,0, e a prevalência de edentulismo variou entre 9,0% a 72,0%.

Chama atenção como a perda dentária se acelera após a quinta década de vida em ambos os sexos, sendo mais acentuada entre os homens onde os idosos são três vezes mais edêntulos em comparação aos adultos. Porém, a despeito dessa situação, o grupo feminino é o que apresenta uma maior proporção de edentulismo em ambas as faixas etárias, sendo precoce a maneira como esta condição se conforma. A variável idade tem sido mais comumente associada ao problema da perda dentária, como demonstram alguns estudos realizados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, que mostraram que os idosos apresentavam em média, apenas nove e dois dentes presentes na cavidade bu-

cal, respectivamente. É coerente com a explicação desse quadro, o tipo de assistência odontológica “mutiladora” e emergencial a que esta parcela da população esteve relegada por muitas décadas, o que resultou num problema considerado de saúde pública (SHINKAI, DEL BEL CURY, 2000).

Com relação ao sexo, as mulheres apresentam maior chance de se tornarem edêntulas em comparação aos homens. Segundo Sheiham (1997) esse é um padrão que se repete em muitos países, e apesar das mulheres normalmente apresentarem níveis mais baixos de cárie e de doença periodontal, estas estão mais susceptíveis às perdas dentárias mais precocemente. O que se atribui como causa a esse problema, não diz respeito à maior ou menor susceptibilidade feminina aos problemas bucais, mas sim, a um padrão de comportamento específico das mulheres em relação ao cuidado bucal, que vão mais ao dentista que os homens. Dados encontrados na literatura discutem o fato de nunca ter ido ao dentista como um fator de proteção para o edentulismo, pois a chance da perda dentária é duas vezes maior em pessoas que foram ao dentista pelo menos uma vez na vida em comparação aos que nunca o fizeram (OLIVEIRA, 2006), dado o modelo de atenção odontológica prevalente, com menor ênfase na prevenção do que no tratamento mutilador.

O percentual de dentes perdidos encontrado foi o componente que mais contribuiu na composição do CPO-D. Foi observado ainda, que o grupo de homens adultos apresentou maior percentual de dentes cariados, enquanto as mulheres adultas apresentaram o maior percentual de dentes restaurados. Observou-se também, que a presença de cálculo dentário foi a condição prevalente em todos os grupos estudados, a partir do Índice Periodontal Comunitário. Nesta condição as mulheres adultas foram as que apresentaram melhor situação. Os homens adultos e idosos foram os que apresentaram maior prevalência de bolsas periodontais de 4-5 mm e 6 mm, respectivamente. No estudo de

Meneguim & Saliba (2000), em Piracicaba, com faixa etária para população adulta similar à definida nesse estudo, o componente perdido representou 71,4% do índice CPO-D, passando para 92,5% nos indivíduos com setenta anos ou mais. Mesas, Andrade e Cabrera (2006) identificaram em Londrina, que as mulheres tinham mais dentes perdidos e os homens mais dentes cariados, porém, esta realidade não reflete, necessariamente, uma condição de saúde bucal melhor dos homens, pois, apesar do maior número de dentes, eles têm maior frequência de dentes cariados e de bolsas periodontais (MATOS, GIATTI, LIMA-COSTA, 2004; BIAZEVIC, MICHEL-CROSATO, IAGHER, POOTER, CORREA, GRASEL, 2004).

A alta frequência de necessidade de prótese observada nesse estudo pode ser explicada, em parte, pela baixa condição financeira da população de adultos e idosos e ao custo elevado dos tratamentos reabilitadores, inexistente no setor público, restando a extração como principal alternativa para muitos casos (COLUSSI, FREITAS, CALVO, 2004; FLORIANO, COSTA, MOTA, 2004). Chama atenção o fato das mulheres apresentarem maior necessidade devido ao mal estado de conservação das próteses, ratificando o percentual de lesões de mucosa oral encontrado nesse grupo, muito provavelmente ocasionadas pela má adaptação das peças protéticas, e os homens, por não utilizarem qualquer tipo de prótese. Foi observado também, que as mulheres idosas foram as que apresentaram maior necessidade de prótese total, principalmente na arcada superior. Esses resultados mostraram-se condizentes aos observados no levantamento epidemiológico realizado na região Nordeste em 2003, onde a necessidade de próteses apresentada pelas pessoas na faixa etária de 65 a 74 anos variou de 46,4% para a arcada superior e 66,6%, na inferior. Esta região foi a que apresentou um maior percentual de pessoas de 65 a 74 anos com necessidade de próteses totais (48,05%) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Os indivíduos com menor escolaridade, menor renda individual e que se encontravam fora da população economicamente ativa foram os que apresentaram maior prevalência de edentulismo, demonstrando a influência dos fatores socioeconômicos na determinação do perfil de saúde bucal dos grupos estudados. A maior parte dos trabalhos aponta para uma forte associação entre o nível socioeconômico – composto pelos fatores: renda, nível educacional e tipo de ocupação, e a condição de saúde bucal das comunidades (SILVA, 2000; PUCCA JUNIOR, ALFREDO, 2002; CABRAL, CALDAS, CABRAL, 2005; CIMÕES, CALDAS JUNIOR, SOUZA, 2007). De acordo com os resultados apresentados pelo Saúde Bucal Brasil, em 2003, as regiões Norte e Nordeste são as que possuem médias mais altas de dentes cariados e perdidos, e maior necessidade de prótese quando comparadas às demais regiões brasileiras, demonstrando o retrato das desigualdades sociais observadas no país. Esta situação se assemelha à encontrada na Finlândia (FREITAS, 2001), onde adultos de 35 a 64 anos apresentaram uma expressiva diferença no contingente perdido do CPO-D entre pacientes com alta e baixa renda, com melhores indicadores para o primeiro grupo, e um pior nível de saúde bucal entre os indivíduos com pior nível de escolaridade.

No presente estudo, as mulheres adultas e idosas com cor de pele branca apresentaram maior prevalência de edentulismo, em comparação ao grupo de homens nessas faixas de idade, que auto-referiram a cor da pele preta ou parda. Alguns trabalhos têm demonstrado que diferenças entre grupos étnicos em uma mesma sociedade são evidentes, principalmente quando as questões socioeconômicas estão envolvidas (TURUNEM *et al*, 1991; PUCCA JUNIOR, ALFREDO, 2002). Porém, num estudo realizado por Harris (1992) no qual houve o controle dessas variáveis, a população negra apresentou indicadores de saúde bucal tão bons ou melhores quando comparada socialmente à branca.

Observou-se que idosos de ambos os sexos que pertenciam a uma família nuclear, foram os que apresentaram maior prevalência de edentulismo, porém chama atenção o grupo composto por mulheres adultas que moram sozinhas por possuírem quase o dobro de edentulismo em comparação àquelas que moram em famílias nucleares ou extensas. No Brasil, as mulheres estão em maior número a partir dos 20 anos, e o fato destas ficarem sozinhas tende a aumentar com o aumento da idade por diversos motivos, como por exemplo a viuvez, devido à maior mortalidade entre indivíduos do sexo masculino (BULGARELLI, 2006). Para Drake, Hunt e Koch (1995) e Araújo *et al* (2006) existe uma associação entre perda dentária e eventos negativos de vida (como a viuvez), baixos níveis de prestígio ocupacional, menos ajuda de familiares e amigos, e presença de sintomas depressivos. Segundo estes autores, diante das questões econômico-sociais e de saúde, as pessoas nessa situação tornam-se sujeitas à vulnerabilidade social, sendo importante o apoio social para melhoria da sua saúde e do seu bem-estar, atuando em algumas situações, até mesmo como um fator de proteção.

A escovação realizada até três vezes ao dia, associada ao uso do creme dental foi relatada por todos os grupos estudados como principal método de cuidado com a saúde bucal. O fio dental, ao contrário, ainda não é utilizado rotineiramente por estes indivíduos e o fato da ausência de orientação sobre higiene oral aumentou a prevalência de edentulismo em todas as faixas etárias pesquisadas, agravando-se entre adultos de ambos os sexos. Autores apontam que muitos problemas odontológicos são, na realidade, complicações de processos patológicos acumulados durante toda a vida do indivíduo, devido à higiene bucal deficiente, iatrogenia, falta de orientação e de interesse em saúde bucal e ao não-acesso aos serviços de assistência odontológica (SHINKAI, DEL BEL CURY, 2000).

No presente estudo, preponderou um intervalo de tempo acima de três anos decorridos desde a última visita ao dentista, sendo que a extração dentária foi o principal motivo para esta procura. Dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde mostram que, no serviço público, as extrações dentárias correspondem a 14,0% de todos os procedimentos básicos ofertados, sendo que essa proporção varia de 22,0% no Nordeste a 8,0% no Sudeste, e em alguns municípios, a proporção chega a 100% (NARVAI, FRAZÃO, RONCALLI, ANTUNES, 2006).

A população de Alagoinhas segue a tendência nacional ao exibir maior frequência de pessoas do sexo feminino. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição por gênero na população brasileira nos anos 2002/2003 correspondia a aproximadamente 51% de mulheres e 49% de homens, neste estudo contudo, a proporção apresentou-se maior, correspondendo a 71,5% de mulheres e 28,5% de homens. Uma das possibilidades para o desequilíbrio entre os gêneros deveu-se provavelmente ao horário da coleta de dados, visto que durante o horário comercial aumenta a possibilidade de se encontrar mais mulheres que homens nas residências. Inúmeros estudos envolvendo a população idosa também, mostraram a predominância do sexo feminino, havendo um aumento gradativo com o aumento da idade. Explicações a este evento chama atenção para a feminização da velhice, principalmente devido ao fato das menores taxas de mortalidade entre mulheres em todas as faixas de idade (CALDAS JUNIOR, 2002; LIMA-COSTA, PEIXOTO, GIATTI, 2004; TIBÉRIO, SANTOS, RAMOS, 2005). A maior longevidade das mulheres no Brasil mostra que o número de idosos do sexo feminino supera em três pontos percentuais a do sexo masculino (IBGE, 2002).

Como limitações pode-se apontar para o fato desse estudo ter adotado a faixa etária de adultos (45 – 59 anos) acima da utilizada para esta população (35 – 44 anos) na maioria dos estudos

epidemiológicos em saúde bucal. Isso dificultou a discussão de alguns aspectos abordados na caracterização do perfil de saúde bucal dos adultos, principalmente devido à ausência de parâmetros. Pode-se apontar também que este é um estudo transversal, com objetivo eminentemente descritivo, suscitando a necessidade de aprofundamento das questões aqui levantadas, a fim de identificar os fatores de risco potenciais que podem se associar à perda dentária da população estudada. A maior proporção de mulheres nesta amostra pode ter levado à superestimação da prevalência para perdas dentárias, apesar dos resultados aqui apontados serem semelhantes à unanimidade dos estudos referenciados acima.

Este estudo, ao abordar a magnitude do problema perda dentária entre indivíduos adultos e idosos residentes no município de Alagoinhas- BA, apresentou um quadro epidemiológico grave, evidenciado pela alta prevalência de edentulismo presente na população estudada. Sabe-se que a carga de doença bucal é muito grande, principalmente entre indivíduos idosos e que o serviço público brasileiro ainda não está capacitado para absorver esta demanda, resultando na maioria das vezes num serviço onde a extração dentária ainda aparece como única alternativa para muitos casos. Necessário se faz definir prioridades que orientem uma reestruturação de atenção odontológica e uma mudança de atitude frente aos problemas de saúde bucal de pessoas adultas e idosas, a fim de que haja melhoria na condição de saúde bucal e conseqüentemente na qualidade de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.E.L. e SOUZA, E.H.A. . Envelhecimento e Saúde Bucal: Alguns Aspectos da Bucalidade nas Transformações do Corpo do Idoso. In: DIAS, AA e cols. **Saúde Bucal Coletiva: Metodologia de Trabalho e Práticas**, São Paulo: Santos Editora, 2006.

ARAÚJO, S.S.C. et al. Social support, health and oral health promotion among the elderly population of Brazil. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, 2006; v.10, n.19, p.203-16.

BIAZEVIC M.G.H., MICHEL-CROSATO E., IAGHER, F.,POOTER, C.E., CORREA, S.L.C., GASEL,C.E. Impact of oral health on quality of life among the elderly population of Joaçaba, Santa Catarina, Brazil. **Braz. oral res.** v.18, n.1, São Paulo Jan./Mar. 2004.

BULGARELLI, A. F. **Saúde Bucal em idosos: queixas relatadas**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, São Paulo, 2006. 144p.

CABRAL, E.D., CALDAS, A. F., CABRAL, H.A.M. Influence of the patient's race on the dentist's decision to extract or retain a decayed tooth. **Community Dentistry and Oral Epidemiology**, 2005; v. 33, n.6 p. 461-466.

CALDAS JUNIOR, A. F., CIMÕES, R, MARCENES, W.S. Impact of restorative treatment on tooth loss prevention. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, 2003; v.17, n.12, p. 166-170.

CALDAS JUNIOR, A.F. et al. Prevalência de cárie e edentulismo em idosos de Recife – Pernambuco – Brasil. **Rev. Bras. Ciênc. Saúde**, João Pessoa, 2002; v.6, n.2, p. 113 – 122.

CIMÕES, R., CALDAS JUNIOR, A.F., SOUZA, E. H. A. Razões das pedas dentárias nas cidades de Maceió e Recife. **Arquivos do Centro de Estudos de Odontologia**, Belo Horizonte, 2004; v. 40, p. 229-236.

CIMÕES, R., CALDAS JUNIOR, A.F., SOUZA, E. H. A.,GUSMÃO, E. S. Primary reason for tooth extraction in a adult population. **Oral Health and Preventive Dentistry**, Great Britain 2005; v. 3, n. 3, p.151-157.



CIMÕES, R., CALDAS JUNIOR, A.F., SOUZA, E. H. A., GUSMÃO, E. S. Influência da classe social nas razões clínicas das perdas dentárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007; v.12, p 1691-1696.

COLUSSI, C. F.; FREITAS, S. F. T. Aspectos epidemiológicos da saúde do idoso no Brasil. **Caderno de Saúde pública**, Rio de Janeiro, 2002; 18 (5): 1313 – 1320.

COLUSSI, C. F., FREITAS S. F. T., CALVO M. C. M. Perfil epidemiológico da cárie e do uso e necessidade de prótese na população idosa de Biguaçu, Santa Catarina. **Rev. bras. epidemiol.** 2004; v.7 n.1.

DRAKE, C. W.; HUNT, R. J.; KOCH, G. G. Three-year tooth loss among black and white older adults in North Carolina. **J. Dental Res.**, 1995; v. 74, n.2, p.675-80.

FDI (Fédération Dentaire Internationale), Global goals for oral health in the year 2000. **International Dental Journal**, 1982; 32:74-77.

FLORIANO, F.R., COSTA, M.C.N., MOTA, E. Condições de saúde bucal de idosos em Salinas das Margaridas- Ba, 2002. **Rev. Fac. Odontolo. Univ. Fed. Bahia**, 2004; 29: 5 -10.

FREITAS, S. F. T. de. **História Social da cárie dentária**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, 126 p.

HARRIS, E.E. Dental health patterns in an urban Midsouth population: race, sex and age changes. **Quintessence Int.**, 1992; v. 23, p. 45 – 52.

IBGE – **ESTATÍSTICA POPULACIONAL**, contagem 2000. Brasil. Disponível em <[http:// www. ibge. gov.br.](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 10 de outubro 2006.

IBGE – **Censo Demográfico: Brasil, 2002**. Disponível em <[http:// www. ibge. gov.br.](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 14 de novembro 2008.

LIMA-COSTA, M.F., PEIXOTO, S.V., GIATTI, L. Tendência de mortalidade entre idosos brasileiros (1980 – 2000). **Epid. Serv. Saúde**, Brasília, 2004; v.13, n. 4, p. 217 – 228.





MARTINS NETO, M., PADILHA D.M.P. Avaliação clínica da saúde bucal e do uso do fumo de três grupos de idosos. **Rev Odonto Ciênc.** 2000; 31:53-70.

MATOS, D.L., GIATTI, L., LIMA-COSTA, M.F. Fatores sócio-demográficos associados ao uso de serviços odontológicos entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Cad. Saúde Pública**, 2004; n.20, p. 1290 – 7.

MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2003, 493p.

MENEGHIM, M. C., SALIBA, N.A. Condições de saúde bucal da população idosa de Piracicaba – SP: 1998. **RPG Rev Pós Grad.**, São Paulo, 2000; v.7, n.1, p. 7 – 13.

MESAS, A.E., ANDRADE, S.M., CABRERA, M.A.S. Condições de saúde bucal de idosos de comunidade urbana de Londrina, Paraná. **Rev Bras Epidemiol**; 2006; 9(4): 471-80.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual do Examinador – Projeto Saúde bucal Brasil**. Disponível em: www.saude.gov.br. Acesso em: 02/09/2003.

NARVAI, P.C., FRAZÃO, P., RONCALLI, A.G., ANTUNES, J.L.F. Cárie dentária no Brasil: declínio, polarização, iniquidade e exclusão social. **Rev Panam Salud Pública**, 2006; 19:385-93.

OLIVEIRA, A.G.R. da C. Edentulismo. In: ANTUNES, J.L.F. e PERES, M.A. **Fundamentos de Odontologia. Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 205 – 218.

PETERSEN, P.E. The World Oral Health Report, 2003: continuous improvement of oral in 21st century – the approach of the WHO Global Oral Health Programme. **Community Dent Oral Epidemiol**, 2003; 31 (Suppl 1): 3 – 24.

PUCCA JÚNIOR, G. A; Saúde Bucal do Idoso: Aspectos Sociais e preventivos. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia**, cap. 1, São Paulo: Atheneu, 1996.

PUCCA JUNIOR, G. A., ALFREDO, G. Saúde bucal do idoso: aspectos sociais e preventivos. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu: 2002, p. 297 – 310.



SALIBA, C. A. et al. Auto-avaliação de Saúde na 3ª idade. **RGO**, 1999; 47 (3): 127 – 130.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Relatório de Gestão 2001.

SHEIHAM, A. Impact of dental treatment on the incidence of dental caries in children and adults. **Comm Dent Oral Epidemiol**, 1997; 25: 104 – 112.

SHINKAI, R.S.A., DEL BEL CURY, A.A. O papel da odontologia na equipe interdisciplinar: contribuindo para a atenção integral ao idoso **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2000; 16(4):1099-1109.

SILVA SRC, VALSECKI JÚNIOR A. Avaliação das condições de saúde bucal dos idosos em um município brasileiro. **Rev. Panam Salud Pública**, 2000; 8: 268-71.

SILVA DD, SOUZA MLR, TOLEDO R, LISBOA CM. Condições de saúde bucal em idosos na cidade de Piracicaba. **Rev Assoc Paul Cir Dent**; 2002; 56:183-7.

SILVA, P. S. B. **Saúde bucal e qualidade de vida de um grupo de idosos de Araçatuba – São Paulo: utilização do Oral Health Impact Profile (OHIP – 14) e caracterização do perfil sócio-econômico dos entrevistados**. Tese (Doutorado) – Faculdade de odontologia de Araçatuba Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2000, 144p.

SPSS® v. 9 (Statistical Package for the Social Sciences). User's Guide. Copyright ©, **SPSS INC**. 1999.

STATA STATISTICAL SOFTWARE (Computer Program), Version 8.0. College Station (TX): Stata Corporation, 2003.

TIBÉRIO, D., SANTOS, M.T.B. R., RAMOS, L. R. Estado periodontal e necessidade de tratamento em idosos. **Rev. Assoc. Paul. Cir. Dent.**, São Paulo, 2005; v. 59, n. 1, p. 69 – 72.

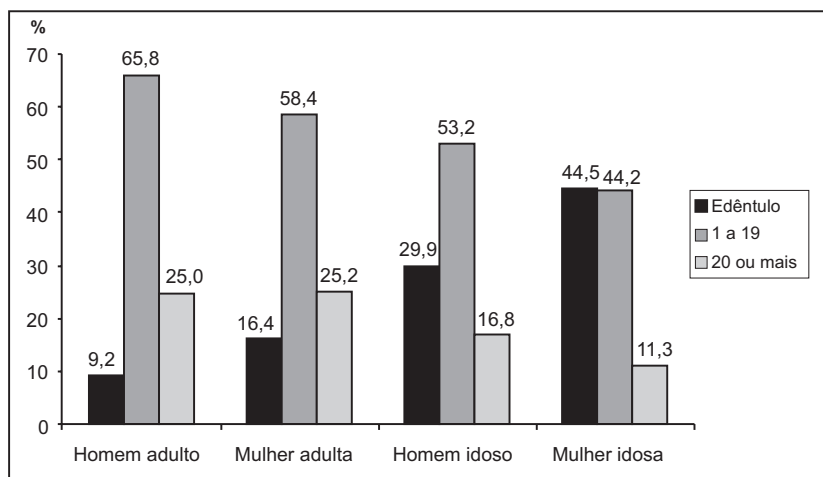
TURUNEM et al. Perspectives on poor dental health and its determinants. **Community Dental Health**, 1991; v. 10, p. 49 – 55.

TABELA 1 – Distribuição do número e percentual de indivíduos por faixas de número de dentes naturais presentes por grupo de idade e sexo, Alagoínhas, 2007.

Dentes naturais presentes	Adultos				Idosos			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0	11	9,2	52	16,4	41	29,9	146	44,5
1 – 19	79	65,8	185	58,4	73	53,2	145	44,2
20 – 25	18	15,0	60	18,9	16	11,7	23	7,0
26 ou mais	12	10,0	20	6,3	07	5,1	14	4,3
Total	120	100,0	317	100,0	137	100,0	328	100,0

*Adultos: indivíduos com idade de 45 a 59 anos; idosos: indivíduos com idade maior ou igual a 60 anos

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual de indivíduos por faixas de número de dentes naturais presentes por grupo de idade e sexo, Alagoínhas, 2007.



*Adultos: indivíduos com idade de 45 a 59 anos; idosos: indivíduos com idade maior ou igual a 60 anos

Consumo Consciente para um Mundo Sustentável

TABELA 2 – Distribuição do número e percentual (%)¹ de indivíduos de acordo com os indicadores odontológicos por grupo de idade e sexo, Alagoínhas, 2007.

Indicadores	Adultos ²		Idosos ²	
	Masculino (n=120)	Feminino (n=317)	Masculino (n=137)	Feminino (n=328)
Necessidade de prótese superior				
Não	3 (2,5)	8 (2,5)	0 (-)	6 (1,8)
Sim – Total e Parciais ³	117 (97,5)	309 (97,5)	137 (100)	322 (98,1)
Sim – Prótese total	46 (39,3)	159 (51,5)	84 (61,3)	242 (75,1)
Sim – Próteses parciais	71 (60,7)	150 (48,5)	53 (38,7)	80 (24,8)
Sim – Não usa ⁴	66 (56,4)	132 (42,7)	100 (73,0)	159 (49,9)
Sim – Não usa prót. Total ⁵	11 (23,9)	33 (20,7)	50 (59,5)	89 (36,8)
Usa e necessita troca	32/51 (62,7)	113/177(63,8)	23/37 (62,2)	105/163 (64,4)
Necessidade de prótese inferior				
Não	6 (5,0)	13 (4,1)	1 (0,7)	7 (2,1)
Sim – Total e Parciais ³	114 (95,0)	304 (95,9)	136 (99,3)	321 (97,9)
Sim – Prótese total	16 (14,0)	68 (22,4)	58 (42,6)	177 (55,1)
Sim – Próteses parciais	98 (86,0)	236 (77,6)	78 (57,4)	144 (44,9)
Sim – Não usa ⁴	97 (85,0)	242 (79,6)	116 (85,3)	233 (72,9)
Sim – Não usa prót. Total ⁵	8 (50,0)	31 (45,6)	40 (69,0)	103 (58,2)
Usa e necessita troca	11/17 (64,7)	35/62 (56,4)	11/20 (55,0)	61/88 (69,3)
Índice Periodontal Comunitário⁶				
Hígido	10 (9,9)	49 (20,0)	6 (8,0)	23 (16,0)
Sangramento	9 (8,9)	26 (10,6)	8 (10,7)	11 (7,6)
Cálculo	63 (62,4)	143 (58,4)	49 (63,3)	94 (65,3)
Bolsa 4-5mm	17 (16,8)	21 (8,6)	7 (9,3)	8 (5,6)
Bolsa acima 6 mm	2 (2,0)	6 (2,4)	5 (6,7)	8 (5,6)
Lesões na mucosa oral				
Presença	9 (7,5)	37 (11,7)	9 (6,6)	37 (11,3)
CPO-D				
≥ 25	72 (60,0)	167 (52,7)	48 (35,0)	81 (24,7)
Dente hígido				
< 6	48 (40,0)	150 (47,3)	89 (65,0)	247 (75,3)
Dente cariado				
≥ 3	57 (47,5)	104 (32,8)	55 (40,2)	84 (25,6)
Dente restaurado				
≥ 1	17 (14,2)	50 (15,8)	3 (2,2)	13 (4,0)

¹ Percentuais entre parênteses

²Adultos: indivíduos com idade de 45 a 59 anos; idosos: indivíduos com idade maior ou igual a 60 anos

³Parciais incluem: prótese fixa, de um ou mais elementos, prótese parcial removível.

⁴Percentual do total que necessita de prótese.

⁵Percentual dos que usam prótese total.

⁶Índice Periodontal Comunitário: calculado entre indivíduos que tiveram sextantes examinados.

TABELA 3 - Distribuição do número e percentual de indivíduos por características pessoais, sócio-econômicas e hábitos de vida, e prevalência de edentulismo¹ por grupo de idade e sexo Alagoíñas, 2007.

Variáveis	Adultos ²				Idosos ²			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Total (n=120)	Prev. (%) edent.	Total (n=317)	Prev. (%) edent.	Total (n=137)	Prev. (%) edent.	Total (n=328)	Prev. (%) edent.
Cor da pele								
Branca	19	21,0	44	20,4	16	12,5	43	55,8
Preta	31	6,4	87	18,4	52	38,5	92	37,0
Parda	62	6,4	175	14,3	63	28,6	174	46,5
Outras	8	16,7	11	18,2	6	16,7	19	36,8
Escolaridade								
Não sabe ler/ escrever - 1º grau incompleto	81	11,1	203	18,7	117	34,5	296	45,3
1º grau completo e +	39	5,1	114	12,3	20	15,0	32	37,5
Renda (salário mínimo)								
≤ 1	85	8,2	282	17,0	106	32,0	291	44,7
> 1	35	11,4	35	11,4	31	22,6	37	43,2
Tipo de Família								
Mora sozinho(a)	11	0,0	14	35,7	15	20,0	37	37,8
Família Nuclear	76	7,9	207	15,9	70	34,3	134	47,0
Família Extensa	33	15,1	96	14,6	52	26,9	157	43,9
Trabalho								
Está Trabalhando	37	8,1	52	5,8	11	36,4	7	42,9
Fora PEA ³	83	9,6	265	18,5	126	29,4	321	44,5
Orientação Higiene Oral								
Sim	43	7,0	157	9,6	42	26,2	109	37,6
Não	77	10,4	160	23,1	95	31,6	219	47,9
Fumante⁴								
Nunca	38	7,9	158	15,2	39	25,6	154	48,0
Fuma	41	12,2	51	17,6	29	34,5	39	35,9

¹Edentulismo: Condição das pessoas sem todos os dentes naturais²Adultos: indivíduos com idade de 45 a 59 anos; idosos: indivíduos com idade maior ou igual a 60 anos³PEA- População Economicamente Ativa (estudantes, desempregados, aposentados, pensionistas)⁴Não foram incluídos os ex-fumantes

Consumo Consciente para um Mundo Sustentável

TABELA 4 – Distribuição percentual de indivíduos de acordo com cuidados referentes à saúde bucal por grupo de idade e sexo, Alagoinhas, 2007.

	Adultos ¹		Idosos ¹	
	Masculino (n=120)	Feminino (n=317)	Masculino (n=137)	Feminino (n=328)
Escovação²				
Até 3 vezes/ dia	92,7	87,2	93,8	91,8
Mais 3 vezes / dia	7,3	12,8	6,2	8,2
Uso creme dental²				
Sim	98,2	99,6	99,0	98,9
Uso fio dental²				
Sim	10,0	24,9	11,5	13,2
Ida ao dentista				
Menos 1 ano	25,8	28,7	16,0	18,6
1 – 3 anos	32,5	26,8	22,6	18,0
Acima 3 anos	41,7	44,5	61,3	63,4
Motivo da ida ao dentista				
Consulta de rotina	22,0	22,8	13,7	16,0
Dor	16,9	11,5	19,0	13,8
Extração dentaria	47,5	46,5	62,6	60,0
Demais motivos ³	13,6	19,2	4,6	14,1

¹Adultos: indivíduos com idade de 45 a 59 anos; idosos: indivíduos com idade maior ou igual a 60 anos

²Proporções calculadas sobre o número de indivíduos não edêntulos (homem adulto: n=109, mulher adulta: n=265, homem idoso: n=96, mulher idosa: n=182)

³Demais motivos – sangramento gengival, cavidade no dente, prótese, alteração de tecido mole



FISCINA, Ludmilla Fonseca e MARCOLIN, Rejane Viana Sales



ANÁLISE DAS AÇÕES EMPREENDEDORAS DO GRUPO BARRETO¹

Dilma Bastos Santos²
Ianara dos Santos Bastos
Vilma dos Santos

RESUMO: Nos últimos anos a palavra empreendedorismo tem sido muito discutida dentro do universo dos negócios. Por esta razão, este artigo tem como objetivo apresentar as ações empreendedoras do Grupo Barreto e suas perspectivas diante do mercado, assim como as estratégias usadas como ferramentas para inovação do negócio. A persistência e as atitudes são imprescindíveis na realização dos objetivos pretendidos. Os riscos são naturalmente presentes no empreender e as necessidades do mercado são levadas em consideração fazendo dos membros do Grupo Barreto pessoas empreendedoras, capazes de inovar e levar satisfação aos clientes.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo, administração, estratégia.

ABSTRACT: In recent years the word entrepreneurship has been much discussed within the universe of business. For this reason, this article aims to present the Group's entrepreneurial actions and their perspectives on Barreto market, as well as strategies used as tools for business innovation. Persistence and attitudes are unpredictably towards achieving the objectives

¹Trabalho apresentado à professora Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz como requisito final da disciplina Trabalho de conclusão de curso desenvolvida no semestre 2010.1.

²Alunas do 8º semestre do curso de Administração da Faculdade Santíssimo Sacramento. dilmab-sa@hotmail.com, ianarab@yahoo.com.br, guievivi@yahoo.com.br

pursued. Risks are naturally present in the undertaking and the needs of the market are taken into consideration by the members of the Group Barreto, entrepreneurial people able to innovate and bring satisfaction to customers.

KEYWORDS: Entrepreneurship, Management, Strategy.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é um movimento de mudança cujo crescimento vem do processo de globalização, das inovações tecnológicas e principalmente do aumento da competitividade no mercado. No Brasil, o tema se popularizou a partir da década de 90, com a abertura da economia e diante deste novo cenário as empresas passaram a atuar com projetos empreendedores.

O empreendedorismo é responsável pelo desenvolvimento econômico de uma região, porém é preciso que neste ramo, as idéias sejam inovadoras. Com um público cada vez mais exigente e as constantes mudanças nas tendências, questiona-se: De que maneira é possível manter uma empresa hoje em dia, diante de novos competidores?

Por ser um dos artifícios ou mecanismo utilizados pela maioria das empresas, o empreendedorismo tem sido uma das principais alternativas para aqueles empresários que desejam manter seu negócio e sobreviver diante da competitividade. Esse assunto é de extrema relevância para aqueles que desejam tornar-se um empresário, especialmente para quem estuda administração e quer entender como funciona o mundo dos negócios. Por esta razão, esta análise, se justifica por tentar viabilizar o quanto é vital para uma empresa os métodos de empreendimentos.

O estudo proposto tem como objetivo geral realizar uma análise teórica sobre o Grupo Barreto, baseada nos métodos de empreendimento dando ênfase à sua missão quanto empresa local. Como objetivos específicos, serão feitos um levantamen-

to, identificando os projetos empreendedores de cada setor da empresa em questão, analisaremos a viabilidade desses empreendimentos e o perfil de seus investidores e elaboraremos uma conclusão observacional, que trace a aceitação da empresa no comércio de Alagoinhas.

Esta análise visa desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo observacional, com aporte metodológico não-convencional que baseada numa pesquisa de avaliação, dentro da perspectiva crítica, permitirá desenvolver um estudo baseado nas perspectivas dos negócios de empreendedorismo do Grupo Barreto.

Para efetivação da pesquisa, a coleta das informações levantadas dar-se-á mediante as seguintes técnicas: projetivos, observação participante e análise do conteúdo.

Tomando por base a leitura sobre alguns teóricos a respeito de empreendedorismo, colocamos em discussão as fundamentações que não só apresentam suas definições como também, mostram os métodos inovadores para que um indivíduo possa se tornar um empreendedor de sucesso.

A palavra empreendedorismo teve origem quando foi utilizado pelo economista Joseph Schumpeter em 1950 como sendo uma pessoa de criatividade e capaz de fazer sucessos com inovações. Mais tarde, em 1967 com Kenneth E. Knight e em 1970 com Peter Drucker, foi introduzido o conceito de risco, uma pessoa empreendedora precisa arriscar algum negócio.

Empreendedor é um termo utilizado para qualificar, ou especificar, a pessoa que tem idéias inovadoras que se dedicam às atividades econômicas e como administram e executam determinadas funções empresariais a fim de gerar riquezas produzindo bens e serviços.

Os estudos na área de empreendedorismo mostram que as características do empreendedor ou do espírito empreendedor, da indústria ou da instituição, não é um traço de personalidade. Para Meredith, Nelson e Nech (UFSC/LED 2000, p.51):

Empreendedores são pessoas que tem habilidades de ver e avaliar oportunidades de negócio, prover recursos necessários para pô-los em vantagens; e iniciar ação apropriada para assegurar o sucesso. São orientadas para a ação altamente motivadas; assumem riscos para atingir seus objetivos.

Nenhum empreendedor nasce com o conhecimento e experiência para identificar negócios, ele os adquire com o tempo, não há receita que ensine como se tornar um empreendedor, mas há conceitos teóricos que dão dicas de como identificar as oportunidades de negócio. Um empreendedor nunca se cansa de observar negócios. Ele é curioso e está sempre atento a qualquer oportunidade de conhecer melhor o empreendimento, sabe que suas chances de sucesso aumentam com este conhecimento e que o sucesso só vem para quem trabalha duro para consegui-lo.

Devemos salientar que antes de tudo é preciso que o empreendedor disponha de recursos objetivando os estágios de crescimento de sua empresa. Mas deve-se levar em consideração que não basta dispor de recursos se a pessoa não tiver um propósito, missão e visão. A partir daí, já se pode considerar pronto para mergulhar nesse universo fascinante.

Segundo LEITE (2000, p.35):

Nas qualidades pessoais de um empreendedor, dentre muitas se destaca a iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, atitude de respeito humano e capacidade de organização e direção.

Traçar metas, atualizar conhecimentos inteligentes, do ponto de vista emocional, conhecer teorias de administração, de qualidade e gestão, são mudanças decorrentes da globalização. O

empreendedor deve focalizar o aprendizado nos quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a fazer, a conviver e a ser e com isso ser capaz de tomar decisão certa a frente da concorrência existente. Novas habilidades são exigidas dos profissionais para poderem enfrentar a globalização com responsabilidade, competência e autonomia.

A positividade, a organização, a criatividade, a inovação e o foco são qualidades que ajudam a vencer a competitividade dos tempos modernos. Pode-se dizer que as pessoas estimuladas podem desenvolver habilidades empreendedoras. Ouve-se e fala-se que o empreendedor precisa ter visão. Visão pessoal. Uma visão que vem de dentro. A maioria das pessoas tem pouca noção do que seja a verdadeira visão a julgar pelos níveis de significados. Metas e objetivos não são visão. A verdadeira visão de negócio é imaginar cenários futuros. Ter visão é perceber possibilidades dentro de perspectivas que parecia inalcançável.

A autoconfiança também é um ponto forte para espantar o medo de iniciar o próprio negócio. Gerber (2004, p.47) apresenta diferenças entre empreendedor, administrador e técnico:

O empreendedor como aquele que transforma, é visionário e inovador, vive no futuro e agarra as oportunidades. Já o administrador é pragmático, vive no passado, almeja ordem, cria esquemas extremamente organizados para tudo. Em relação ao técnico é o executor, adora consertar coisas, vive no presente, fica satisfeito com o fluxo de trabalho e é um individualista determinado.

Diante de tantos conceitos teóricos pautados a respeito do empreendedorismo, devemos concluir que a atividade empreendedora como opção de carreira destina-se às pessoas que acreditam nas vantagens que podem lhes proporcionar, não só

para o desenvolvimento da sua carreira como também à economia do país de modo geral. São essas pessoas as responsáveis que ousam a nos proporcionar o direito de escolha nas formas de consumo e que a sociedade precisa deles para continuar consumindo seus produtos e bens de serviços. Além de fortalecer a economia, geram impostos e emprego para a população.

O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: HISTÓRICO E DEFINIÇÕES TEÓRICAS

O mundo tem passado por várias transformações, principalmente no século XX quando foi criada a maioria das invenções que revolucionaram o estilo de vida das pessoas. Geralmente essas invenções são frutos de inovação e por trás estão pessoas que são visionárias, questionam, arriscam e empreendem: os empreendedores.

A palavra empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer assumir riscos e começar algo novo. Segundo Joseph Schumpeter³:

O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

Não obstante do ponto de vista de Joseph Schumpeter, o empreendedor não só destrói a ordem econômica, como ele é essencial na contribuição da economia da mesma forma que é o motivador da empregabilidade e da sustentabilidade e que faz da sociedade, pessoas inspiradas em crescer e seguir o mesmo caminho que advém do seu inspirador.

³SCHUMPETER, 1949 apud DORNELAS, 2008, p.22

Simple e abrangente, Filion⁴ define o empreendedor como uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. Assim a definição de empreendedorismo que atende a atualidade com base nos conceitos vistos é de ser o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de idéias em oportunidades, e a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso.

O seu conceito tem sido muito difundido no Brasil, nos últimos anos intensificando-se no final da década de 1990. A preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são motivos para a popularidade do termo empreendedorismo no Brasil. Isso por que nos últimos anos, após várias tentativas de estabilização da economia e da imposição advinda do fenômeno da globalização, muitas grandes empresas brasileiras tiveram de procurar alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos e manter-se no mercado.

Concordando com a colocação de Filion, do mesmo modo que um trabalhador se esforça para manter-se num trabalho, um empreendedor deve estar sempre atento às questões das mudanças nas oscilações de mercado. Se necessário tiver um plano “B” para está sempre à frente das dificuldades.

No Brasil, o empreendedorismo surgiu quando as entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) e Subtis (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas na década de 1990. Nesse período os ambientes político e econômico do país não eram propícios e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora.

O SEBRAE é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, que busca junto a essa entidade todo o su-

⁴FILLION, 1991 apud DOLABELA 2008, p.23

porte de que precisa para iniciar sua empresa e consultoria para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócio. O histórico da entidade Softex pode ser confundido com o histórico do empreendedorismo no Brasil na década de 1990. A entidade foi criada com o intuito de levar as empresas de software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia. Essa entidade conseguiu através de seus programas, popularizar no país, termos como plano de negócios (*business plan*) que até então eram ignorados pelos empresários.

No Brasil, apesar do pouco tempo do surgimento da palavra empreendedorismo, são apresentadas ações que visam desenvolver um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo e potencializa o país perante o mundo. A exemplo, Dornelas (2008, p.11 e 12) cita:

- Ações de capacitação do empreendedor, como os programas EMPRETEC e Jovem Empreendedor do SEBRAE;
- O Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal dirigido à capacitação de milhões de empreendedores em todo o país;
- Os programas Softex e Genesis (Geração de novas empresas de software, informação e serviços), estimulando o ensino da disciplina em universidades e a geração de novas empresas de software.

Assim, essas ações em parceria com governo e iniciativa privada são de grande importância para os empreendedores brasileiros e fundamentais para economia do país.

A FORMAÇÃO DO SUJEITO EMPREENDEDOR NA UNIVERSIDADE

Atualmente as instituições de ensino superior formam grande percentual de bacharéis em administração e os lançam no mercado, enquanto que os empregos vem diminuindo a cada dia devido às novas reestruturações, privatizações, além da situação econômica do país. Dessa forma, o brasileiro vem presenciando a crescente busca pelo auto-emprego, surgindo assim empreendedores involuntários ou por necessidade, representados principalmente por recém-formados e por trabalhadores demitidos de empresas.

Preparar empreendedores é uma questão importante, sendo que as faculdades podem contribuir e influenciar no desenvolvimento e aprimoramento de profissionais. A maioria dos formandos não sabe que caminho seguir, visto que nem sempre o aluno sai de uma faculdade com o emprego já garantido. Deve ser responsabilidade também da escola formar cidadão para o mercado de trabalho ou com capacitação de criar seu próprio trabalho. Formar empreendedores é fornecer dados para a compreensão e a construção da consciência crítica e equipar aqueles que podem transformar sua realidade e encontrar o seu talento. O conhecer e identificar em si as características empreendedoras é fundamental para o recém formado se inserir no mercado.

O ensino do empreendedorismo vem acontecendo em algumas universidades, porém não de forma consolidada. A maioria dos educadores reconhece que o atual sistema de ensino põe muita ênfase na aquisição de conhecimento, e pouco enfoque é dado ao desenvolvimento de habilidades específicas para o uso prático desses conhecimentos. A metodologia instrucional, atualmente adotada, não enfoca o desenvolvimento da cultura empresarial ou empreendedora, com habilitações técnicas e científicas, consciente de seu papel civil, e capaz de contribuir para melhoria da qualidade de vida do homem. Para tanto o gra-

quando necessita receber uma formação técnica de qualidade, valorizado pelo mercado de trabalho e sem esquecer-se da formação do cidadão que quando formado, buscará retornos positivos para uma sociedade cada vez mais necessitada de vencer desafios originados por vários fatores sociais e econômicos.

Assim a educação empreendedora deve contribuir para a formação de profissionais muito mais atuantes no mercado de trabalho. As universidades devem, além de se preocupar com a formação integral do graduando, considerar as suas aptidões individuais no sentido de aprimorá-las e desenvolvê-las. Deve-se formar pessoas capazes de criar e de aproveitar oportunidades, de melhorar processos e inovar, com uma postura empreendedora, necessária para o alcance do sucesso individual e organizacional.

DIFERENÇA ENTRE O ADMINISTRADOR E O EMPREENDEDOR

Todo empreendedor necessariamente deve ser um bom administrador para que possa obter sucesso, no entanto nem todo bom administrador é empreendedor, visto que este tem algo a mais que o administrador, sendo algumas características e atitudes que os diferenciam.

O administrador é um solucionador de problemas, pois se encontra em um ambiente instável e suscetível a um variado leque de problemas. Ele deve atuar identificando esses problemas e apresentar soluções, pois tem que saber planejar, organizar, dirigir e controlar.

Todo administrador deve ser um bom **negociador**, pois estará praticando esse papel constantemente em suas atividades. Ele deve negociar tanto com o ambiente interno como com o ambiente externo sempre objetivando os melhores resultados para sua empresa e para a sociedade, ocupando posições de destaque, executando seus papéis e buscando as melhores

maneiras de administrar. Deve desenvolver e fazer uso de três grandes habilidades: técnicas, humanas e conceituais.

As habilidades técnicas são as habilidades ligadas à execução do trabalho, e ao domínio do conhecimento específico para executar seu trabalho operacional. Segundo Chiavenato (2000, p. 3) habilidade técnica:

[...] consiste em utilizar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para o desempenho de tarefas específicas, por meio da experiência e educação. É muito importante para o nível operacional.

As habilidades humanas são as habilidades necessárias para um bom relacionamento. Administradores com boas habilidades humanas se desenvolvem bem em equipes e atuam de maneira eficiente e eficaz como líderes. Segundo Chiavenato (2000, p. 3) a habilidade humana é imprescindível para o bom exercício da liderança organizacional:

[...] consiste na capacidade e facilidade para trabalhar com pessoas, comunicar, compreender suas atitudes e motivações e liderar grupos de pessoas.

As habilidades conceituais são as habilidades necessárias ao proprietário, presidente de uma empresa. São essas habilidades que mantêm a visão da organização como um todo, influenciando diretamente no direcionamento e na administração da empresa. Segundo Chiavenato (2000, p. 3):

Habilidade conceitual: Consiste na capacidade de compreender a complexidade da organização com um todo e o ajustamento do comportamento de suas partes. Essa habilidade permite que a pessoa se comporte de acordo com os objetivos da organiza-

ção total e não apenas de acordo com os objetivos e as necessidades de seu departamento ou grupo imediato.

No que diz respeito ao papel do empreendedor, este deve ter todas as características do administrador além de ser um alocador de recursos, criador de idéias, um formador de equipes e respeitar o ambiente em que vive valoriza as questões socioambientais.

Apesar das similaridades nas funções empreendedoras e administradoras conceituadas desde a abordagem clássica pelos atos de planejar, organizar, dirigir e controlar existe o diferencial visionário característico dos empreendedores. Uma das grandes diferenças dentre eles é que administradores são pessoas que trabalham em organizações e o empreendedor define o objetivo que vai determinar seu próprio futuro (Filion)⁵.

Muitas pessoas hoje têm vontade de montar seu próprio negócio, seja pela necessidade ou por vislumbrar uma nova oportunidade que acredite que dê certo. No entanto, a concorrência é grande, o mercado é difícil, e para progredir no negócio, o indivíduo de alguma forma tem que se destacar, e se tornar um bom empreendedor. Já o administrador, se não tiver as características de um empreendedor, provavelmente não será um profissional de sucesso, da mesma forma, um empreendedor que não monta seu próprio negócio e que não usa os métodos básicos da administração; provavelmente não obterá um bom respaldo em seu empreendimento. O ideal é unir as características das duas funções, formando assim uma mistura que resultará em profissional de sucesso.

Algumas são as características dos empreendedores que se destacam no mundo dos negócios: são considerados visionários

⁵FILLION, 1991 apud DOLABELA 2008, p.19

porque têm a visão de como será o futuro para seu negócio e sua vida assim como têm habilidade de programar seus sonhos; sabem tomar decisões certas na hora certa e não se sentem inseguros, principalmente nos momentos de adversidade. Por outro lado são indivíduos que fazem a diferença transformando algo de difícil definição e abstratas em algo concreto, que funciona e se transforma em realidade agregando valores aos serviços e produtos que colocam no mercado.

Os empreendedores de sucesso planejam cada passo de seu negócio, desde o primeiro rascunho do plano de negócios, até a apresentação do plano a investidores, definição das estratégias de marketing etc., sempre tendo como base a forte visão de negócio que possuem. Contudo, os empreendedores são sedentos pelo saber e querem aprender continuamente para terem o maior domínio sobre um ramo de negócio, sua maior ferramenta para obter êxito; pois desta forma podem explorar as oportunidades que surgirão à sua frente. Para Schumpeter⁶:

O empreendedor é aquele que quebra a ordem corrente e inova, criando mercado com uma oportunidade identificada. O empreendedor é um exímio identificado de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento a informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta.

O conhecimento é um ponto de partida para se organizar e traçar um planejamento a curto e médio prazo que é um suporte para garantir um futuro visionário ao empreendedor no sentido de querer, desejar e executar medidas que lhes garantam que esse futuro será como almejado ou bem melhor que isso e com isso certamente virá às oportunidades como crescimento e expansão do negócio.

⁶SCHUMPETER, 1949 apud DORNELAS, 2008, p.24

ANÁLISE DO CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DO GRUPO BARRETO

Para chegarmos ao conceito de empreendedorismo no contexto do Grupo Barreto é importante que saibamos um pouco mais à respeito da história dos seus empreendimentos até o momento atual.

Tudo começou em Tobias Barreto com o Sr. Raimundo Barreto, um pequeno comerciante de tecidos, que trabalhava com seu tio na loja. Ainda jovem, mas com muita visão empresarial, ele visitava as feiras livres das pequenas cidades da região em busca de novos clientes, com intuito de vender os produtos de sua loja de tecidos. Embora ainda fosse um pequeno comerciante, ele aprendera os primeiros fundamentos que o tornara um bom empreendedor e por esta razão, tratou de expandir pequenos pontos comerciais em outras cidades da região como Aporá e Olindina em 1940, onde já havia adquirido clientela através das variedades e dos preços das mercadorias normalmente compradas no sul do país por boas condições de preços.

Mais tarde com seu comércio crescendo, em dias de feira o movimento seria bem maior, o que despertou a idéia de progredir com o negócio pesquisando em outras cidades o movimento das feiras, e numa das visitas á cidade de Alagoinhas em 1957, constatara-se que havia nesta cidade um comerciante interessado em vender um imóvel, onde hoje é conhecido como Loja Barreto. Na época havia um grande movimento no transporte ferroviário de passageiros e cargas devido a ferrovia São Francisco, o que levou o Sr.Raimundo Barreto a adquirir esse ponto comercial, dando a ele o seu sobrenome. Essa foi uma de suas estratégias, levando em consideração o fluxo de pessoas e de transporte, logo fez com que ele se estabelecesse na cidade com sua família , passando as antigas lojas para terceiros e concentrando suas atividades no mais novo empreendimento, sendo

explorado uma parte como loja e outra alugada ao banco comercial.

Em continuidade ao novo empreendimento com artigos e confecções para recém nascido, surgira a necessidade de refazer seus projetos pois percebera que a cidade estava carente de alguns serviços, sobretudo na área comercial, pois seus concorrentes não viajavam em busca de novas mercadorias para suprir essas necessidades como ele próprio fazia em suas antigas lojas, procedimento que lhe deu muito retorno financeiro.

Os propósitos que levariam o Sr. Raimundo Barreto na aquisição de novas mercadorias era o fator transporte, seu custo baixo e por esta razão estava sempre renovando seu estoque porque comprava seus produtos diretamente do fabricante reduzindo seus custos.

Na década de 60 percebendo que a concorrência estava atingindo seus objetivos o Sr. Raimundo Barreto tivera a idéia de ampliar o espaço comercial da Loja Barreto melhorando suas instalações, podendo assim superar seus concorrentes. Após as mudanças nas instalações ele percebeu que havia muito espaço disponível e pouco capital para suprir de mercadorias que necessitava para seu crescimento comercial. Então teve a idéia de alugar os espaços disponíveis, os pavimentos superiores por um determinado período, até que obtesse todo capital que precisasse para dar continuidade a seu projeto de crescimento.

Em 1979 um fato importante marcava a história do comerciante: a entrada do primeiro membro da 1ª geração, o filho Reinaldo Barreto que graduou-se em administração na UFBA e em direito na Universidade Católica. O seu ingresso nos negócios da família foi precisamente em 1981 que logo foram entregues a seus cuidados, sendo que uma das decisões cruciais foi a retomada dos espaços alugados aos inquilinos para conclusão dos projetos, o que antes era uma loja simples, passaria a ser a mais moderna e completa da cidade.

Com o ingresso do segundo membro da família o Sr. Gilberto Barreto, irmão de Dr. Reinaldo Barreto, passa a dar uma nova contribuição na evolução dos negócios. Percebendo que seus empreendimentos estavam progredindo, houve mais ampliações nas instalações da loja e mais um membro da família entra para os negócios. Desta forma, forma-se o Grupo Barreto. Daí por diante, foram construídos mais dois pavimentos à cima, o que daria espaço ao segundo e terceiro andar, assim como a ampliação no térreo para trabalhar com confecções, calçados e artigos diversos. Foi desta forma que o empreendimento do Grupo Barreto ganhara total notoriedade, organizando vários departamentos. Além da Loja Barreto existem vários empreendimentos comerciais do Grupo Barreto que se destacam na cidade de Alagoinhas como o Restaurante Millano, a Bomboniere Kidoce, a Delicatessen e Restaurante Dominique, a Casa do Livro, o Hotel Plaza e o recente inaugurado Hotel Áster. Vale ressaltar a sociedade com o HCA- Hospital das Clinicas de Alagoinhas.

O Grupo Barreto é formado por empreendedores que tem uma visão completa do negócio, atuando em maior número de empreendimentos, líderes no processo de mercado. Como planejamento estratégico adotado pelo Grupo foi realizada uma pesquisa de mercado para saber as atuais necessidades dos clientes e buscar atendê-los na Loja Barreto. Através dessa pesquisa foram criados a Barreto Griffe, o salão de beleza Barreto Charme e ampliada a praça de alimentação para dar mais comodidade e conforto aos seus clientes. A Loja Barreto instalou um elevador panorâmico com vista privilegiada da loja, demonstrando beleza e modernidade.

Mais uma estratégia do Grupo são os investimentos em treinamentos dos seus funcionários. Os treinamentos dos funcionários que trabalham com a vendas são feitos por pessoas qualificadas da própria empresa, com o objetivo de oferecer aos clientes atendimento de qualidade. Em relação a assuntos

de motivação, auto estima e entrosamento, a empresa prefere contratar profissionais vindos de fora para realizar os treinamentos. Os representantes industriais também oferecem treinamentos aos funcionários da Loja em relação a produtos novos.

Os benefícios que se ganham com esses investimentos, tem um retorno grandioso para todos envolvidos nessa esfera, onde ganha o funcionário, ganha os gestores e principalmente o cliente que fica satisfeito. As condições de pagamento são favoráveis para os clientes a julgar pela facilidade do crédito, pois criou-se o crediário proprio.

Segundo o Sr. Reinaldo Barreto um dos pontos importantes para se obter o sucesso como empresário no dia-a-dia é a aptidão natural e o amor pelo que se faz. Demonstrar satisfação e comprometimento com o trabalho fazem os negócios fluirem. No empreendedorismo é preciso ter boas perspectivas, estar sempre investindo em algo novo que julgar importante para seu público e não ter medo de encarar as mudanças.

Sabe-se que em toda empresa existem pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. O que o Grupo Barreto julga como pontos fortes na visão empreendedora seriam a experiência atuante no mercado, a base consolidada de clientes, o crediário e a localização do empreendimento. Em contrapartida, como pontos fracos o Grupo afirma que o fluxo de caixa sofre algumas alterações quanto à disponibilidade de capital, pois como as vendas em sua grande maioria são a prazo não existem financeiras para pagar os juros no crediário, cabendo ao Grupo cobri-los com seu próprio capital.

Como ameaças o Grupo Barreto percebe no ramo do varejo as Lojas Insinuanes e a vinda das Casas Bahia e Lojas Americanas para a cidade de Alagoinhas. Como oportunidades o Grupo considera que a alavancagem industrial da cidade é favorável por que tem água suficiente e baixo custo no desenvolvimento comparado com outras cidades. As metas do Grupo Barreto é

aprimorar e renovar os seus serviços, mantendo a qualidade no atendimento aos clientes.

No mundo dos negócios é preciso ter uma certa “ousadia” para acompanhar as mudanças e as tendências de mercado; a palavra ousadia para o Sr. Reinaldo Barreto significa que todo empreendedor deve ser flexível e antenado à mudanças, mas antes de tudo valorizar os princípios morais e os valores éticos. Neste aspecto o Grupo Barreto se enquadra num perfil empreendedor tipo conservador, buscando o respeito e a harmonia dos seu concorrentes, reconhecendo que eles são importantes no crescimento do empreendedorismo, o que torna possível que estes possam ir além para superá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir o empreendedorismo na sua forma mais abrangente, trazendo alguns conceitos teóricos, dando uma consistência ainda maior e analisando as características de uma pessoa empreendedora esboçando as semelhanças e as diferenças entre o empreendedor e o administrador. Considerando que o primeiro além de ser um sujeito com idéias inovadoras que assume riscos para abrir seu próprio negócio, deve ter as qualidades de um administrador unindo estas duas forças características resultando em um empreendedor de sucesso.

Este artigo teve como referência o Grupo Barreto, formado por pessoas empreendedoras atuantes no comércio da cidade de Alagoinhas. São empreendedores de sucesso, pessoas que buscam as melhores maneiras de administrar seus negócios trazendo a satisfação dos seus clientes, dispondo de várias ferramentas estratégicas que os levaram a chegar na posição que estão.

Para isto não precisaram de receita, foram desenvolvidas habilidades técnicas, teóricas e humanas junto as experiências do dia-a-dia que lhes trouxeram conhecimento e um retorno valioso: a aceitação do público consumidor. São pessoas com visões, propósitos de mudanças e que podem tornar sonhos em realidade, apesar de correrem riscos mas nem por isso desistirem do que realmente querem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luisa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Prática da administração de empresas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GERBER, Michael E. **Empreender fazendo a diferença**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas**. Recife: Bagaço, 2000.

MEIRELES, Manuel. **Teorias da administração: clássicas e modernas**. São Paulo: Futura, 2003.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

CAPOEIRA NA ESCOLA OU CAPOEIRA DA ESCOLA?

Wirany de Souza Boaventura¹

RESUMO: O texto apresenta a possibilidade de inserção da Capoeira no currículo educacional para as séries iniciais da Educação Infantil e do Ensino fundamental I, sob uma nova perspectiva, quando trata de uma nova metodologia que discerne a Capoeira da escola da Capoeira na Escola, ao mesmo tempo que oferece aos educadores a oportunidade de, por intermédio da prática da Capoeira, dar sentido aos conteúdos trabalhados na sala de aula. Desta forma também sugiro algumas dinâmicas possíveis de serem trabalhadas com crianças da Educação Infantil e crianças do Ensino Fundamental I.

PALAVRAS-CHAVES: Capoeira, educação, nova metodologia.

ABSTRACT: The text show a possibility of the capoeira at educational curriculum for the grade students, looking for a new perspective, when see a new methodology that discern the capoeira of school by capoeira at school, in the same time that give for the educatores the oportunity of , by way of the tenor that the teschrs works at the classes. This form, I suggest too, some possibles dynamics that can be work with children of elementary school.

KEYWORDS: Capoeira, education, new methodology.

¹Licenciando do Curso de Pedagogia na faculdade Santíssimo Sacramento, Mestre de capoeira e Professor da Educação infantil e fundamental I do colégio Santíssimo Sacramento, Colégio São Francisco e Escola Gato de Botas.

INTRODUÇÃO

Uma das maiores inquietações que tem deixado a refletir pedagogos e educadores nos últimos anos é exatamente o discernimento entre a Capoeira na Escola e a Capoeira da Escola, e qual a diferença entre ambas? Quando falamos da Capoeira na Escola, estamos falando de uma prática que foi apenas transportada do seu ambiente convencional, a academia de Capoeira, para a Escola, e quando falamos da Capoeira da Escola estamos falando de uma prática que foi totalmente moldada, um novo método, para atender os requisitos pedagógicos da Escola, ou seja, uma prática que será trabalhada para dar sentido aos conteúdos de aprendizagem trabalhados na sala de aula.

É necessário que o educador não perca de vista a possibilidade de trabalhar dando ênfase ao sistema de significação do aluno, uma vez que desta forma, as possibilidades de construir são maiores e muito mais prazerosas para os alunos. Sendo assim, a Capoeira Angola passa a ser reconhecida como uma alternativa extremamente importante pedagogicamente falando, quando se apresenta como coadjuvante no processo ensino aprendizagem nas séries iniciais da educação infantil.

A CAPOERA DA ESCOLA: uma nova perspectiva

É muito comum encontrarmos grupos de capoeira apresentando-se em praças públicas e em outros espaços até mesmo em escolas nos momentos como: mês do folclore, feira de cultura, dentre outros. E é exatamente essa capoeira que normalmente esta inserida nas escolas alienada ao puro ideal da Arte Marcial, não atentando para os valores que a mesma possui do ponto de vista pedagógico, quando trabalhada no contexto da interdisciplinaridade. Nessa nova perspectiva, pode-se trabalhar com a Capoeira como sistema de significação, das crianças, para melhor resolução das dificuldades de alguns alunos da educação in-

fantil. Segundo Wallon (2002), além do seu papel na relação com o mundo físico o movimento tem um papel fundamental na afetividade e também na cognição. Essa é uma das características originais da Capoeira Angola, além de auto afirmar-se, aluno se sentirá afetivamente acolhido, uma vez no centro da roda será prestigiado por todos que a compõe.

Longe do ideal de Arte Marcial, a Capoeira da Escola deverá explorar as dificuldades que alguns alunos possuem no que diz respeito aos conteúdos trabalhados na sala de aula. Izabel Galvão (2002), com base na psicogenética Walloniana nos diz que “a função postural está ligada também à atividade intelectual”. Essa mesma autora deixa claro que “ao mesmo tempo, a função postural dá sustentação à atividade de reflexão mental”. Pois quando estamos na Roda de Capoeira somos obrigados, voluntária ou involuntariamente, a pensar o tempo todo em movimentos adequados para aquele momento, dentre uma infinidade de movimentos que a Capoeira possui, sem se desligar do cuidado com a integridade física do camarada, colega, e a própria integridade física, é o que Wallon (2002), chama de disciplinas mentais a capacidade de controle do sujeito sobre suas próprias ações

Este novo método, a Capoeira da Escola, implica em oferecer para os alunos, da educação infantil, possibilidade de desenvolver de forma lúdica algumas dificuldades nos conteúdos que são trabalhados na sala de aula, como diz Hélio Campos (2003), isso vai propiciar uma maior participação dos alunos motivados por uma atividade rica de movimentos, onde existe música, o ritmo, o canto, e como coadjuvantes, possibilitando uma expressão corporal espontânea. Esse mesmo autor cita a Capoeira como:

Uma excelente atividade física de uma riqueza sem precedentes para ajudar na formação integral do aluno. Ela atua de maneira direta sobre todos os aspectos cognitivo e motor. A sua riqueza está nas varias formas de ser contemplada na Escola, onde o aluno, através de sua prática ordenada, poderá assi-

milá-la e atuar nas linhas com as quais se identifica (CAMPOS, 2003).

È nessa perspectiva que se pretende desenvolver a prática da capoeira junto às turmas das séries iniciais da educação infantil.

As modalidades esportivas de alto rendimento têm contribuído com um prejuízo imensurável, que se reflete no desenvolvimento de aprendizagem das crianças, quando há uma exigência exacerbada pela superação, cujo objetivo maior é vencer o outro e vencer o outro implica em vários fatores, a começar por torcer pelo fracasso do outro, e essa é também uma realidade de alguns métodos de capoeira, quando a mesma se resvala pura e unicamente na prática competitiva. Já na Capoeira da Escola o ideal é de jogar com e não contra, respeitando e valorizando o potencial do outro na perspectiva da formação do diálogo corporal, como diz Guarino (1996), se o técnico e os praticantes atuam num ambiente seguro, sereno e acolhedor (...) estes se beneficiam mais de suas experiências desportivas, quer a curto quer a longo prazo, quer como atleta quer como pessoas, visto que podem ser ensinados gradual e progressivamente de forma descontraída, agradável e moderadora.

A Capoeira é um diálogo de corpos. Eu venço quando meu parceiro não tem mais respostas para minhas perguntas, assim afirma o Mestre João Grande (citado por LIMA, 2008). A Capoeira da Escola traz essa nova visão, quando o maior objetivo está relacionado com a interdisciplinaridade, e é preciso que não percamos de vista que para alcançar este objetivo devemos primar pelo cooperativismo e primar pelo cooperativismo é não abrir mão das relações, intra e interpessoal, uma vez que é por intermédio das relações que nos sentiremos acolhidos e habilitados para a troca de experiências. Essa nova metodologia capoeirística, permite aos profissionais da capoeira, e da educação, um viés

de alternativa para a interdisciplinaridade, buscando através da mesma converter o ambiente escolar, uma vez que este é muitas vezes repudiado pelas crianças, em um ambiente de lazer, quando percebe-se que dessa forma é possível o resgate do prazer, como esclarece Marcellino (2002), o lazer é um campo de atividade em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem. O mesmo autor também nos esclarece que o sentido da vida não pode ser buscado, como muitas vezes somos levados a crer, apenas no fim de semana, ou numa viagem, embora essas ocasiões possam ser consideradas como possibilidade de felicidade e formas de resistência para o dia-a-dia.

Se a Capoeira por si só é lúdica, acrescida de recursos, outros, torna-se muito mais, sendo que esta idéia do acréscimo de recursos é exatamente para que possamos envolver também crianças que não se identifique com a prática da Capoeira apenas do ponto de vista atlético. A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não deve ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento, (Santos e da Cruz, 1998, citado por Awad, 2006).

CONSTRUINDO COM A CAPOEIRA DA ESCOLA

Vygotsky (1995), afirma que, apesar do brinquedo não ser o aspecto predominantemente da infância, ele exerce uma enorme influência no desenvolvimento infantil. E é assim com o jogo da Capoeira, quando se torna um brinquedo manipulável pelas crianças, cujo recurso é o próprio corpo. Atento a esse aspecto, é possível inserir alguns recursos, simples, instigando as crianças a brincar com os conteúdos aplicados na sala de aula de forma lú-

dica não deixando a capoeira perder sua característica ao mesmo tempo que o conteúdo será valorizado em função do sistema de significação, a própria Capoeira, que também apresenta-se com brincadeira, jogo que não somente estimula o desenvolvimento sob o conteúdo da sala de aula como também o estabelecimento das relações, o que possibilitará a troca de saberes.

Abaixo algumas sugestões de técnicas utilizadas nesse processo, que poderá ser aplicadas de diversas formas.

CAPOEIRA DO ALFABETO

Conteúdos: Letras do alfabeto

Objetivos: Identificar as diferentes letras do alfabeto.

Material: Cartelas de duplex com aproximadamente 20cm quadrado, de um lado letra do alfabeto do outro nomes de movimentos de Capoeira.

Procedimento: As cartelas contendo as letras do alfabeto serão espalhadas sobre uma mesa, cada aluno por vez irá pegar uma cartela e identificar a letra de um lado, pode ser com a ajuda do professor, e todos trabalharão o movimento, que estará no verso da cartela, correspondente com aquela letra.

OBS.: Esta prática também poderá ser trabalhada com números, com sílabas e palavras.

CAPOEIRANDO COM PITAGORAS

Conteúdo: Adição, subtração, multiplicação e divisão.

Objetivos: Compreender as operações básicas matemáticas; Saber resolver pequenas operações matemáticas com base nas quatro operações.

Recursos: Tabua de Pitágoras, confeccionada com isopor e tampas de garrafas pet.

Procedimentos: Todos os movimentos a serem trabalhados, serão sob uma quantidade, cujo a mesma será resolvida na ta-

buca de Pitágoras. Quando o professor perguntar, $4 + 4$ é igual a?, o aluno ou aluna indicado se dirigirá até a tábua e colocará o número 4 correspondente a resposta no respectivo lugar, e o grupo executará a quantidade de movimento correspondente a resposta certa.

SOLETRANDO MOVIMENTOS DE CAPOEIRA

Conteúdo: leitura

Objetivo: Desenvolver a leitura

Recursos: Cartões de duplex, de tamanho opcional, com letras de um lado e palavras do outro (nomes de movimentos de capoeira).

Procedimento: Cada aluno ou aluna escolherá uma cartela e no momento indicado pelo professor(a) o aluno ou aluna escolhida(o) fará a leitura do movimento e todos farão o movimento que foi lido pelo mesmo ou mesma.

DOMINÓ CAPOEIRISTICO

Conteúdo: formação das palavras

Objetivo: desenvolver a construção de palavras

Recursos: dominó de isopor, de tamanho a gosto, com as sílabas no lugar dos caracteres convencional.

Procedimento: cada aluno receberá uma quantidade de peças igualmente divididas, em cada lado da peça haverá sílaba diferentes, na junção das peças as crianças deverão formar palavras, essas palavras no caso da capoeira darão origem aos movimentos da mesma, em outros casos ficará a critério do educador.

CAPOEIRA AMARELINHA

Conteúdo: leitura

Objetivo: desenvolver ou aprimorar a leitura

Recursos: giz, pedra e um piso disponível, pode ser no chão marcado com um graveto.

Procedimento: riscado a amarelinha, em cada quadro escreve-se uma palavra referente a capoeira, seja movimento, instrumento, personalidades voltadas para a mesma. O aluno ou aluna ao jogar a pedrinha no determinado quadro terá que ler o que está escrito dentro do mesmo, acertando poderá saltar para completar o ponto do jogo.

CATANDO LETRAS SOBRE A CORDA

Conteúdo: letras do alfabeto

Objetivo: identificar as letras do alfabeto e desenvolver o equilíbrio.

Recursos: corda, letras do alfabeto em cartelas de duplex.

Procedimento: será colocado letras no chão nos dois lado da corda, bem próximo, o aluno ou a aluna deverá caminhar sobre a corda e em cada passo pegará a letra com a mão oposta a perna – ao colocar a perna direita na frente, deverá pegar a letra do lado direito com a mão esquerda e assim sucessivamente – cada letra apanhada será lida pelo aluno ou aluna.

Essa metodologia permite trabalhar de diversas forma, utilizando de vários recursos simples que podem ser confeccionado até mesmo pelas crianças sob orientação. Além da prática da Capoeira em si existe a possibilidade de se trabalhar com atividades manuais, ricas para o desenvolvimento psicomotor das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAMPOS, Hélio. **Capoeira na escola**. Salvador: EDUFBA, 2003.

GUARINO, M. **Manual do técnico desportivo**: teoria e metodologia do ensino na formação do técnico-tático. São Paulo: Ícone, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Vigostky : uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Evani Tavares. **Capoeira Angola como treinamento para o ator baiano**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2008.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Estudo do laser**: uma introdução. 3º Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

AWAD, Hani Zehdi Amine. **Brinque, jogue, cante com a recreação**. Jundiaí-SP: Fontoura, 2006.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO - CIENTÍSSIMO

1. ESCOPO

A Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento publica artigos científicos, comunicações e resenhas críticas, resultados de pesquisas originais e inéditas, e revisões monográficas nas áreas da Educação, Ciências Contábeis, Administração, Engenharia de Produção e Saúde. A periodicidade da publicação é semestral.

2. SUBMISSÃO DO MANUSCRITO

A submissão de trabalhos deverá ser feita por e-mail (revistacientissimo@gmail.com) e utilizar o processador de texto Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou superior. Também deverão ser apresentadas três cópias impressas do trabalho para análise dos membros do Comitê Editorial e Científico. Ao enviar o trabalho para avaliação, enviar também a carta de autorização (modelo Anexo 1), dirigida aos Editores, assinada por todos os autores do estudo ou pelo autor responsável. O processo de avaliação do manuscrito será interrompido no caso do não recebimento da documentação assinada e enviada via correio postal. Todo o material deve ser remetido para:

Revista *CIENTÍSSIMO*

A/C Profa. Dra. Gracineide S. Santos de Almeida
Núcleo de Pesquisa – NUPE/FSSS
Faculdade Santíssimo Sacramento
Rua Marechal Deodoro, 118 – Centro
Alagoinhas – Bahia, Brasil
CEP: 48005-020

3. NORMATIZAÇÃO

- Os trabalhos devem ser escritos em português. Os artigos devem ser apresentados como texto corrido, utilizando a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, digitados em papel tamanho A4 (210 x 297mm), com margem superior e esquerda 3,0 cm e inferior e direita 2,0 cm. Todas as páginas do texto devem ser numeradas no canto superior direito. Serão aceitos artigos com no máximo 15 laudas.
- **Título:** centralizados, em negrito e em letras maiúsculas. Os subtítulos devem ser digitados apenas com a inicial em maiúsculas e deslocados para a margem esquerda.
- **Autoria:** O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser apresentado(s) apenas com as iniciais maiúsculas, abaixo do título com deslocamento para a direita, observando o agrupamento e identificação de autores da mesma instituição. As chamadas para o rodapé devem ser feitas por números arábico, como expoente, após o(s) nome(s) do(s) autor(es), indicando endereço completo, dados complementares e informações sobre o trabalho (se parte de monografia ou tese, apresentado em congresso etc.) quando necessário, após o título. A nota de rodapé deverá ser separada do texto por um traço horizontal.
- **Resumo e Abstract:** O resumo deve ser digitado em texto corrido em um único parágrafo e com cerca de 250 palavras, seguida por palavras-chave. Deve ser um texto conciso, observando-se a coesão e a coerência textuais, envolvendo objetivos, material e métodos, resultados e conclusões. Não deve conter citações bibliográficas, tampouco informações que não se encontram no texto do artigo. As mesmas regras se aplicam ao Abstract, em inglês que deverá ser sempre obrigatório.
- **Introdução:** revisão do conhecimento pertinente e objetivos do trabalho.
- **Material e métodos ou abordagem metodológica:** deve conter descrições breves, suficientes à repetição do trabalho: técnicas já publicadas devem ser citadas e não descritas.

- **Resultados:** devem expressar explicitamente os dados e informações coletadas sem tentativas de explicar tendências.
- **Discussão:** Baseando-se no conhecimento anterior, apontado na Introdução e Material e Métodos, bem como nas observações pessoais inéditas do(s) autor(es) no trabalho em consideração, deve-se analisar os resultados apresentados e consubstanciá-los em uma conclusão, sempre que possível, de modo a propiciar o desenvolvimento da área relacionada ao trabalho.
- **Resultado e Discussão** podem ser acompanhados de tabela e de figuras estritamente necessárias à compreensão do texto. As tabelas e as figuras devem ser numeradas em séries independentes umas das outras, em algarismos arábicos e suas legendas devem ser apresentadas em folhas separadas, no fim do texto original e três cópias para as figuras. As figuras devem ter no máximo duas vezes o seu tamanho final de duplicação. A área útil para elas, incluindo legenda é de 12 cm de largura por 18 cm de altura. Poderão ser feitas em aplicativos do Windows, devendo conter escala, número e letras, devem ter tamanho adequado para manter a legibilidade quando reduzidos. As letras devem ser colocadas abaixo e à direita do desenho. As tabelas e figuras devem ser referidas no texto por extenso com a inicial maiúscula. As siglas e abreviaturas, quando utilizadas pela primeira vez devem ser precedidas de seu significado por extenso.
- **Linguagem do artigo:** o artigo científico é um texto condensado, portanto é importante que sejam observados a correção e precisão da linguagem, coerência das idéias apresentadas, inteligibilidade das idéias, objetividade e fidelidade às fontes citadas.
 - a. Impessoalidade: o trabalho é resultado da investigação cientificamente fundamentada do autor sobre determinado assunto, não cabendo um relato pessoal sobre o trabalho, haja vista que o estudo deverá ser acessível à comunidade científica sempre que outro estudioso necessitar explorar o assunto em questão, logo deve ser redigido em terceira pessoa, caracterizando o teor universal da pesquisa desenvolvida;

- b. Objetividade: deve ser direto, preciso, sem expressões que possibilitem interpretações medíocres, sem valor científico. Sendo assim, termos como “eu penso”, “eu acho”, “parece-me”, e outros que denotem dúvida ou desconhecimento de causa devem ser abolidos do texto;
- c. Estilo científico deve ser informativo, racional, baseado em dados concretos, onde podem ser aceitos argumentos de ordem subjetiva, desde que explanados sob um ponto de vista científico;
- d. Vocabulário técnico: a comunicação científica deve ser feita com termos comuns, que garantam a objetividade da comunicação, sendo, porém que cada área científica possui seu vocabulário técnico próprio que deve ser observado;
- e. Ilustrações: a Revista considera gráficos, mapas, fotografias, desenhos e tabelas como elementos ilustrativos devendo ser apresentadas preferencialmente em preto e branco ou em tons de cinza, numeradas consecutivamente contendo o título por extenso no topo da ilustração, apresentadas o mais próximo possível do texto a que se refere, caso não seja possível, devem estar pelo menos, na mesma página.
- f. Tabelas constituem meios adequados para apresentação de dados numéricos principalmente quando tratam de valores comparativos. Devem ser apresentados de modo que o leitor entenda sem que haja necessidade de recorrer ao texto, sendo assim, o título deve encerrar a idéia geral da tabela, explicitando o objetivo da apresentação.
 - ✓ Devem ser apresentada no rodapé da tabela a fonte com os dados utilizados em sua construção, precedido da palavra fonte;
 - ✓ Notas eventuais referentes aos dados da tabela devem ser apresentadas também no rodapé da mesma.

- ✓ No caso de tabelas grandes que não caiba em uma só folha, esta deve ser continuada na folha seguinte, sendo assim, o fio horizontal de fechamento deve ser colocado somente no final da tabela, ou seja, na folha seguinte do início da tabela. É importante observar que nessa folha são repetidos o título e o cabeçalho da tabela.

- **Citações bibliográficas:** os autores devem evitar trechos entre aspas. As citações bibliográficas no texto devem incluir o sobrenome do autor e o ano de publicação; dois autores serão unidos pelo símbolo &; para mais de dois autores citar apenas o primeiro seguido de *et al.* Para artigos do mesmo autor, publicados num mesmo ano, colocar letras minúsculas em ordem alfabética após a data, em ordem de citação no texto. Citações não consultadas no original deverão ser referidas usando-se “Citado por”. Exemplo: Barbosa (1820 citado por Peters, 1992). No item Referências bibliográficas, deve-se citar apenas obras consultadas. Aceitam-se apenas citações de trabalhos efetivamente publicados. Excepcionalmente, poderão ser aceitas citações de teses, dissertações e monografias, quando as informações nelas contidas não estiverem ainda publicadas, e trabalhos no prelo, desde que conste a citação da revista ou livro.
- **Referências bibliográficas:** Devem seguir as normas da ABNT – NB 6023, conforme exemplos apresentados a seguir. Devem ser relacionados em ordem alfabética e em ordem cronológica quando forem do mesmo autor.

Exemplos:

- ✓ **Teses e dissertações**
PINHEIRO, A. C. 2000. **Os cuidados com a saúde do Idoso.** Campinas, São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. 201p. PhD. Tese.

MOREIRA, A. G. **Aspectos demográficos de *Emmotum nitens* (Benth.) Miers (Icacinaceae) em um cerrado distrófico no Distrito Federal.** Campinas: UNICAMP, 1987. 88P. (Dissertação de Mestrado).

✓ **Artigo de periódico**

FRANÇA, F. 2006. Atendimento básico de saúde. **Boletim de saúde pública do Brasil.** Brasília, v.2, p.7-18.

SAKANE, M. & SHEPHERD, G.J. 2007. Gestão de negócios. **Revista Brasileira de Administração,** Rio de Janeiro, v.15(2), p.125-129.

✓ **Livro**

SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P. de (ed.). 1998. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 556p.

MELO, J.T. de; SILVA, J.A. da; TORRES, R.A. de A.; SILVEIRA, C.E. dos S. da & CALDAS, L.S. 1998. Coleta, propagação e desenvolvimento inicial de espécies do cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S. P. de (ed.). **Cerrado: ambiente e flora.** Planaltina: EMBRAPA – CPAC. p. 195-210.

✓ **Congressos, conferências encontros e outros eventos científicos**

SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPA, 14, 2007, Salvador. Anais. Salvador: FEBAB, 1980. 350p.

✓ **Leis e decretos**

BRASIL. Lei n.8069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e de outras pro-

vidências. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm). Acesso em 16. abr.2008.

✓ **Trabalhos apresentados em eventos**

RODRIGUES, A. A Psicologia social às vésperas de seu primeiro centenário. 1989. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO. Gramado. Anais. Gramado: ANPEPP. P.117-136. 1 CD-ROM.

✓ **Resenha**

MACHADO, I.F.; RIBAS, O.T.; OLIVEIRA, T.A. 1986. Cartilha: procedimentos básicos para uma arquitetura no trópico úmido. São Paulo: Ed. Pini. Resenha de: KATINSKY, Julio Roberto. Ciência e Cultura, São Paulo, v.38, n.12, p. 2075.

4. PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

Após a submissão do manuscrito será enviada ao autor, via e-mail, a confirmação do recebimento. Se o texto estiver de acordo com a normatização sugerida pela revista (avaliado pelo editor-chefe), este será encaminhado a dois pareceristas membros do Comitê Científico da revista ou para consultores *ad hoc*, em casos extraordinários. Os pareceristas são escolhidos pelo Editor, entre pesquisadores de reconhecida competência científica.

A autoria do manuscrito não é informada aos Pareceristas ou Consultores, bem como a identidade destes não é informada aos autores. Os pareceristas tem o prazo de 15 dias para procederem a avaliação, após a devida análise do texto, poderão opinar pelo: aceite, aceite com restrições e recusa do manuscrito. Ao final do processo e em caso de recusa o autor receberá cópia dos pareceres dos Pareceristas ou Consultores.

O manuscrito uma vez aceito será encaminhado para elaboração da prova (pdf) e enviado ao autor para que seja conferida e devolvida com possíveis correções (exceto no título e nome dos autores, no prazo máximo de 3 (três) dias. A não devolução, implicará na concordância do autor. Finalizado o processo o autor será informado, via e-mail, o volume, o número e a data prevista para publicação do artigo.

5. Critérios de avaliação

Os manuscritos podem ser submetidos a qualquer tempo (Fluxo contínuo). Os prazos para avaliação variam de 30 a 120 dias, dependendo da natureza do material, sua complexidade e cumprimento das exigências editoriais.

São quesitos observados pelos avaliadores:

- ✓ Adequação ao tipo de artigo proposto (artigo científico, comunicações ou resenhas críticas);
- ✓ Relevância, mérito e originalidade para divulgação científica;
- ✓ Adequação do título ao trabalho;
- ✓ Adequação do resumo;
- ✓ Adequação das abordagens teóricas e metodológicas;
- ✓ Linguagem científica;
- ✓ Relevância das figuras, tabelas e ou outros recursos de imagem utilizados, assim como adequação das legendas;
- ✓ Área de conhecimento do assunto abordado;
- ✓ Pontos positivos, negativos e conseqüentes riscos envolvidos.

ANEXO 1: Carta de Autorização dos autores (MODELO)

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O(s) autor(s) abaixo assinado(s) transfere(m) à Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, com exclusividade e sem ônus, todos os direitos de publicação do artigo.....

Declara(m) e garante(m) que:

1. Os procedimentos éticos referentes a um trabalho científico foram atendidos;
2. O artigo é inédito e não está sendo avaliado por outro periódico;
3. No caso de estudo com humanos, foi conduzido conforme os princípios da Declaração de Helsinkí e de suas emendas, com o consentimento informado e aprovado por Comitê de Ética devidamente credenciado e com a Resolução 1595/2000, do CFM*;
4. A responsabilidade pela informação e pelo conteúdo é (são) do(s) autor(es);
5. Não existe Conflito de interesses em relação ao material apresentado.

Nome Completo (autor responsável):

Endereço postal completo:

Endereço para correspondência a ser citado no artigo:

Telefone/fax:

E-mail:

Assinatura de todos os autores:

Normas para publicação

*Resolução n.1.595, do Conselho Federal de Medicina de 18.05.2000, é obrigatório que os autores de artigos divulgados ou promovendo produtos farmacêuticos ou equipamento para uso em medicina declarem os agentes financiadores que patrocinaram suas pesquisas.





Formato 15 x 21 cm
Fontes: Calibri
Papel Supremo 250 / m² (capa)
Papel Supremo 75 / m² (miolo)
Número de Páginas 109p
Tiragem 200 exemplares

© Copyright
Faculdade Santíssimo Sacramento - Todos Direitos Reservados